



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

Bruno Henrique Alves Mota

**UMA APLICAÇÃO CONTEXTUALIZADA DO TERMO *THINK TANK* DE
POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL E NO IBGE**

**Palmas/TO
2024**

Bruno Henrique Alves Mota

**UMA APLICAÇÃO CONTEXTUALIZADA DO TERMO *THINK TANK* DE
POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL E NO IBGE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Banca Examinadora do Curso de Tecnologia em
Gestão Pública como requisito à obtenção do grau
de Tecnólogo em Gestão Pública, do Instituto
Federal do Tocantins – Campus Palmas.

Orientadora: Profª Mestra Gislene Magali da Silva.

**Palmas/TO
2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins

M917a Mota, Bruno Henrique Alves
UMA APLICAÇÃO CONTEXTUALIZADA DO TERMO THINK
TANK DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL E NO IBGE / Bruno
Henrique Alves Mota. – PALMAS, TO, 2024.
68 p. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Superior de Tecnologia
em Gestão Pública) – Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Tocantins, Campus Palmas, PALMAS, TO, 2024.

Orientadora: Ma. Gislene Magali da Silva

1. Ator de Políticas Públicas. 2. Think Tank. 3. IBGE. I. da Silva,
Gislene Magali. II. Título.

CDD 350

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins
de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a).

Bruno Henrique Alves Mota

**UMA APLICAÇÃO CONTEXTUALIZADA DO TERMO *THINK TANK* DE
POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL E NO IBGE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Banca Examinadora do Curso de Tecnologia em
Gestão Pública como requisito à obtenção do grau
de Tecnólogo em Gestão Pública, do Instituto
Federal do Tocantins – Campus Palmas.

Aprovado em: 22/ 08 / 2024

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente

GISLENE MAGALI DA SILVA

Data: 25/09/2024 12:55:00-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Mestra Gislene Magali da Silva. - Orientadora
IFTO – Campus Palmas



Documento assinado digitalmente

LUIZ ANTONIO LOPES TOLEDO

Data: 26/09/2024 17:37:10-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Mestre Luiz Antônio Lopes Toledo
IFTO – Campus Palmas



Documento assinado digitalmente

NAYARA DIAS PAJEU NASCIMENTO

Data: 25/09/2024 09:32:04-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Mestra Nayara Dias Pajeú Nascimento
IFTO – Reitoria

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida, por todas as bênçãos ao longo desses anos e por permitir a realização de mais um sonho e a conclusão de mais uma etapa na minha vida. Sem Ele, nada teria sido possível.

À minha família, em especial aos meus pais, Lúcio e Francinete, por todo o cuidado ao longo de todos esses anos, pelo exemplo de perseverança, fé e trabalho duro que sempre me guiaram. Ao meu irmão, Lúcio Júnior, pelo apoio, incentivo e por ter me ajudado em vários momentos durante o desenvolvimento deste trabalho.

À minha orientadora, Prof.^a Mestra Gislene Magali da Silva, pela orientação, paciência e dedicação na elaboração deste trabalho, principalmente por ser resiliente comigo diante das dificuldades que surgiram e por estender o prazo para a finalização deste trabalho. Aos demais professores que contribuíram, em especial ao Prof. Mestre Luiz Antônio Lopes Toledo e à Pedagoga Mestra Nayara Dias Pajeú Nascimento, por aceitarem participar da banca, trazendo toda a bagagem acadêmica e profissional na construção e avaliação deste trabalho.

Este trabalho começou a ser escrito em 2021, quando o autor era servidor do IBGE e acadêmico de Gestão Pública. O tempo passou e a vida trouxe consigo as respostas ao esforço de quase seis anos de estudo para concursos, muita dedicação e abnegação ao longo da trajetória, desde antes de iniciar Gestão Pública, resultando em aprovações em certames públicos. Esse foi o motivo que fez com que a elaboração deste trabalho fosse suspensa, sendo concluído em 2024.

Sou grato a Deus por tudo que vivi, por todos os momentos felizes e até mesmo pelos de dificuldade. Sonhei, batalhei, lutei e tive êxito, e creio que esta é apenas parte da trajetória, pois o melhor continua por vir. Agradeço a Deus pelos amigos e pessoas de fé que Ele colocou ao longo da minha caminhada e a todas as pessoas que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização deste trabalho.

“O Senhor é minha luz e minha salvação, a quem temerei? O Senhor é o protetor de minha vida, de quem terei medo?” (Salmos 27:1 – Bíblia Sagrada).

RESUMO

O processo de construção de políticas públicas é complexo e envolve a participação de diversos atores, incluindo indivíduos e instituições. Dentre esses atores, os *Think Tanks* se destacam por serem um tipo de ator de políticas públicas pouco explorado na literatura brasileira, porém muito presente no âmbito internacional na descrição de instituições que influenciam na formação de agendas públicas. Essas organizações são responsáveis por produzir e disseminar conhecimentos fundamentais que orientam a elaboração de políticas na gestão pública. *Para entender a aplicabilidade do termo Think Tank no Brasil, a proposta desta pesquisa foi investigar se o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE pode ser considerado um Think Tank, pelo fato de ser o principal fornecedor de dados e informações oficiais no Brasil.* Para isso, foi conduzida uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de identificar as características essenciais de um *Think Tank* conforme descritas na literatura existente, além de analisar a adequação do IBGE a essas características. Para ilustrar o tema abordado, foi traçado um comparativo entre o IBGE e uma instituição brasileira reconhecida como *Think Tank*. Essa comparação aprofundou a compreensão do tema, destacando a importância dos *Think Tanks* na formulação e avaliação das políticas públicas. O estudo também enfatiza a necessidade de mais pesquisas sobre o impacto e a relevância dessas instituições na sociedade brasileira atual.

Palavras-Chave: Ator de Políticas Públicas. *Think Tank*. IBGE.

ABSTRACT

The process of public policy development is complex and involves the participation of various actors, including individuals and institutions. Among these actors, *Think Tanks* stand out as a type of public policy actor that is underexplored in Brazilian literature, yet highly prominent internationally in describing institutions that influence the formation of public agendas. These organizations are responsible for producing and disseminating crucial knowledge that guides the formulation of policies in public management. To understand the applicability of the term *Think Tank* in Brazil, the objective of this research was to investigate whether the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) can be considered a *Think Tank*, given its role as the primary provider of official data and information in Brazil. To this end, a bibliographic research was conducted with the aim of identifying the essential characteristics of a *Think Tank* as described in existing literature, as well as analyzing the IBGE's alignment with these characteristics. To further illustrate the topic, a comparison was made between the IBGE and a Brazilian institution recognized as a *Think Tank*. This comparison deepened the understanding of the subject, highlighting the importance of *Think Tanks* in the formulation and evaluation of public policies. The study also emphasizes the need for further research on the impact and relevance of these institutions in contemporary Brazilian society.

Keywords: Public policy actor. *Think Tank*. IBGE.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	–	Atores de Políticas Públicas	21
Quadro 2	–	Conceitos da literatura tradicional - anos 1991 a 2009	36
Quadro 3	–	Conceitos da literatura não convencional - anos 1995 a 2007	39
Quadro 4	–	Síntese de características de uma instituição <i>Think Tank</i>	42
Quadro 5	–	Representação gráfica do quadro síntese de características	49
Quadro 6	–	Comparativo entre o IBGE e o IPEA	51
Quadro 7	–	Características de um <i>Think Tank</i> atendidas pelo IBGE e o IPEA	59

LISTA DE SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

TTs – *Think Tanks*

CP – Campo de Públicas

TTCSP – “*Think Tanks* and Civil Societies Program”

EUA - Estados Unidos da América

SNIO - Sistema Nacional de Informações Oficiais

OrPAPPs - Organizações de Pesquisa e Aconselhamento em Políticas públicas

ONGs – Organizações Não Governamentais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 JUSTIFICATIVA.....	14
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
3.1 A Política Pública	16
3.2 Os atores do processo de Políticas Públicas	18
3.3 O ator de Políticas Públicas <i>Think Tank</i>.....	20
3.4 O IBGE e o IPEA	25
4 METODOLOGIA	28
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	33
5.1 A conceituação sobre o termo <i>Think Tank</i>	33
5.2 O IBGE e uma organização <i>Think Tank</i> brasileira.....	48
5.3 Adequação das características de um <i>Think Tank</i> pelo IBGE	54
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	61
Anexos	64

1 INTRODUÇÃO

O processo de construção de uma política pública envolve a influência e contribuição de várias pessoas e instituições, conhecidos como atores de políticas públicas. De acordo com Secchi (2019, p. 206), “os atores interagem, alocam recursos, constroem coalizões, resolvem conflitos em um cenário político”.

Neste contexto, o ator denominado *Think Tank* é o objeto de estudo desta pesquisa. No campo de estudo das políticas públicas, um *Think Tank*-TT refere-se a organizações que realizam pesquisas e oferecem aconselhamentos, auxiliando no processo de construção política. Esse tipo de organização é considerado um importante ator de políticas públicas.

A diversidade de atores nas políticas públicas reflete a democracia presente na maioria dos países contemporâneos, demonstrando a pluralidade de ideias. Gestores públicos, produtores de políticas, precisam lidar com essa multiplicidade de ideias para promover melhorias e atender à comunidade. Secchi (2019, p. 206) aborda que “o analista de políticas públicas, que, por sua vez, também é um ator político, deve ser capaz de identificar os atores no processo de políticas públicas, bem como os padrões de relacionamento entre os atores”.

Durante o período de 2020 a 2022, o autor deste trabalho atuou como servidor público no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, participando de treinamentos e prestações de serviço no Instituto. Essas experiências revelaram que um dos principais objetivos das pesquisas realizadas pelo IBGE é a criação de uma base de dados que auxilia na formulação de políticas públicas. A partir das justificativas das pesquisas do trabalho do IBGE, surgiu a pergunta: porque não se aplica ao IBGE o termo *Think Tank* mesmo sendo uma instituição influenciadora de políticas públicas?

O termo *Think Tank*, em discussão, é muito presente no âmbito internacional e ajuda a descrever instituições que influenciam a formação de agendas públicas. Na literatura brasileira sobre políticas públicas, este conceito ainda é pouco explorado. É necessário aprofundar o entendimento sobre esse tema e promover estudos que esclareçam o papel dessas instituições na arena política.

No Brasil, o IBGE é responsável por realizar censos e organizar informações obtidas por meio de pesquisas, abrangendo áreas como geociências, estatísticas sociais, demográficas e econômicas. Esses dados são utilizados por órgãos governamentais, organizações não governamentais e o público para diversos fins.

Para investigar se o IBGE pode ser considerado um *Think Tank*, foi realizada uma pesquisa bibliográfica abrangente, buscando referências em livros, artigos e outros trabalhos técnicos e acadêmicos. Conforme Gil (2002), qualquer pesquisa se desenvolve por etapas. Este trabalho foi estruturado em duas etapas principais, demonstrando uma organização gradativa do conhecimento consultado e utilizado.

A primeira etapa registrou a justificativa, a problemática do estudo, as referências, as conceituações dos temas envolvidos e a organização dos objetivos do trabalho. O objetivo geral consiste em verificar a aplicabilidade do termo *Think Tank* ao IBGE. Os objetivos específicos incluíram: compreender o conceito de *Think Tank* e sua influência nas políticas públicas no Brasil; identificar as características básicas de uma instituição para ser considerada um *Think Tank*; e analisar a adequação do IBGE a essas características. Esta etapa foi muito importante, pois a partir dela foi possível definir os métodos, os instrumentos de pesquisa e o cronograma para determinar as atividades ao longo da construção do trabalho.

A segunda etapa consistiu em delimitar o tema, com pesquisas realizadas para responder à problemática. Este trabalho se limitou a analisar a aplicabilidade do termo *Think Tank* ao IBGE. Delinear o tema é essencial para trazer objetividade à pesquisa, dessa forma é possível evitar abordagens amplas. Um tema bem específico resulta em uma análise mais profunda, facilitando a organização e a clareza dos objetivos e resultados, além de permitir um tratamento detalhado e específico do problema investigado.

O IBGE fornece uma descrição detalhada da realidade brasileira através da produção de informações, oferecendo o embasamento técnico e científico necessário para que gestores públicos desenvolvam políticas públicas. Para ilustrar a aplicabilidade do conceito de *Think Tank*, foi realizado um comparativo entre o IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. O IPEA foi escolhido para essa análise devido às suas características organizacionais semelhantes às do IBGE e por ser frequentemente citado como um exemplo de *Think Tank* no Brasil na literatura existente. Este comparativo, portanto, enriqueceu o estudo do tema abordado.

2 JUSTIFICATIVA

Think Tank ou organizações produtoras de conhecimento e estatísticas são frequentemente utilizados por acadêmicos e estudiosos para embasar suas atividades nas mais diversas áreas do saber. No entanto, apesar da importância e influência dos *Think Tanks*, poucos são os trabalhos acadêmicos conhecidos que possuem tais instituições como objeto de estudo. Esta pesquisa visa preencher essa lacuna, explorando o papel e a relevância dos *Think Tanks* no contexto brasileiro.

Em democracias desenvolvidas, o espaço da política é ocupado por diversos atores, inclusive por *Think Tanks* que são estrategicamente geridos por grupos de interesse, governos, especialistas e mesmo por comunidades acadêmicas. A objetividade e clareza de propósito das instituições nestes países legitimam sua atuação, pois num contexto social democraticamente pluralista, não há o pressuposto de negação das diferenças e conflitos inerentes a toda sociedade e é aceita a intervenção responsável de grupos organizados em torno de *Think Tanks* para a defesa de seus valores e crenças (Soares, 2009, p.78).

O IBGE é amplamente utilizado no Brasil e internacionalmente como uma fonte de pesquisa, devido ao seu trabalho abrangente em várias áreas e à adesão rigorosa às normas e padrões internacionais na produção de informações.

O IBGE se constitui como principal provedor de dados e informações do país, que atende às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal. (IBGE, 2021).

No ano de 2024, o IBGE completou 88 anos e possui a competência de ser o principal provedor de dados e informações necessárias ao conhecimento da realidade no contexto brasileiro. Diante disso, verificou-se a importância desse instituto para as políticas públicas e a necessidade de estudar este ator de políticas públicas. O IBGE exerce influência ao fornecer informações para os diversos setores da sociedade e ao informar sobre problemas públicos, auxiliando na formulação de políticas públicas.

Um exemplo da relevância do IBGE foi durante a pandemia de Covid-19. A edição especial da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Covid-19) revelou que o número de pessoas desocupadas no primeiro trimestre de 2021 chegou a 14,8 milhões, o que levou o governo a adotar políticas para oferecer maior suporte financeiro à população.

No contexto da formulação de políticas públicas, é essencial analisar como certos entes públicos ou privados auxiliam o governo na criação de tais políticas. O

tema desta pesquisa surgiu durante as aulas de Políticas Públicas na graduação em Gestão Pública, especificamente ao estudar os atores de políticas públicas, onde foi apresentado o conceito de *Think Tank*. A curiosidade despertada levou à proposta deste trabalho, que visa aprofundar a compreensão do termo *Think Tank* e explorar o porquê do IBGE não ser comumente reconhecido como um.

Como se tratava de uma temática pouco explorada no Brasil, o interesse foi instigado, gerando uma inquietação para buscar mais informações sobre o papel desse ator na área de políticas públicas no contexto brasileiro.

Devido ao IBGE apresentar as características de uma organização de pesquisa que auxilia na construção de políticas públicas, uma característica típica de um *Think Tank*, este trabalho identifica quais são as características necessárias para ser um *Think Tank* e verificar se o IBGE possui tais características.

Sob essa perspectiva, esse estudo é orientado para verificar a influência desse tipo de ator nas ações governamentais, tendo em vista a análise de instituições (IBGE e o IPEA) que auxiliam no processo de tomada de decisão da administração pública.

Portanto, este trabalho visou responder à seguinte pergunta: porque não se aplica ao IBGE o termo *Think Tank* mesmo sendo uma instituição influenciadora de políticas públicas?

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A Política Pública

De acordo com Souza (2006), a política pública como disciplina acadêmica nasce nos EUA, tendo como base nos estudos a ação dos governos. Diferentemente da produção europeia, que focava mais em analisar e explicar o funcionamento do Estado, a produção de origem norte-americana dava ênfase nas ações dos governos.

Muitos são os entendimentos e definições sobre políticas públicas. Souza (2006) afirma que não existe uma única, nem uma melhor definição do que é política pública.

Chrispino (2016) reconhece que a expressão política pública traduz um conjunto de expectativas geralmente dirigidas ao poder público e que a amplitude desta área de estudo se consolida na existência de diversos conceitos, ou seja, pela multiplicidade de sentidos e entendimentos.

Souza (2006, p.25) declara que “uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia”.

O campo de políticas públicas, ou também chamado de Campo de Públicas (CP) é uma área interdisciplinar fundamental para a administração pública, sendo o seu estudo essencial para a construção de políticas que atendam o interesse público. Nesse contexto, esse ramo da ciência política proporciona com que várias áreas do conhecimento (como, por exemplo: geografia, economia, gestão, sociologia) dialoguem entre si, reafirmando a complexidade da área.

Machado (2016) afirma que “diante da complexidade da maior parte das políticas públicas, há certo consenso sobre a importância da interdisciplinaridade para a sua implementação, ao que corresponderia a exigência de distintos aportes disciplinares para a sua compreensão”. Ou seja, para compreender as políticas públicas é necessário ter uma visão holística e entender o caráter interdisciplinar, no sentido que o Campo das Públicas busca solucionar problemas públicos diversos.

Souza (2006) reforça que política pública, como área de atuação e disciplina, é uma política capaz de propor soluções para problemas, porém, para que isso seja feito, é necessário o embate de ideias e interesses. Semelhante a isso, Secchi (2019) declara que a política pública é direcionada para resolução de problemas, “é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Uma política é uma orientação

à atitude ou à passividade de alguém ou de atores políticos para que atitudes ou programas se consolidem no mundo real, onde a população enfrenta os problemas públicos.

Como definição preliminar, adota-se nesse estudo que as políticas públicas são diretrizes ou orientações para o enfrentamento de problemas públicos, baseado nos posicionamentos conceituais de Souza (2006) e Secchi (2019). A administração pública empenha-se em proporcionar o bem-estar da coletividade, para que isso aconteça é necessário que os gestores públicos formulem diretrizes para a solução de problemas públicos. É por meio dessas diretrizes que a administração pública desempenha seu trabalho em atender às necessidades coletivas.

Essas orientações possibilitam a máquina pública a trabalhar em conjunto com a própria sociedade, composta por indivíduos e organizações de diversos setores, para potencializar essa atuação em solucionar problemas. No entanto, para que essas políticas sejam efetivas, é essencial conhecer os problemas que precisam ser amenizados. Dessa forma, identificar as dificuldades que a coletividade enfrenta é fundamental para o desenho de políticas públicas eficazes.

Vale destacar a complexidade inerente às políticas públicas, que envolve uma vasta quantidade de variáveis e a dificuldade de delimitar claramente seu campo de ação. Ambos os desafios significativos para tais políticas, conforme melhor Chrispino (2016):

Se entendermos que o grau de complexidades e as inúmeras variáveis que se combinam, no espaço nucleador das políticas públicas, tornam extremamente difícil sua definição pelos canais de delimitação de seu campo de ação e delimitação de atributos, podemos optar pela construção do conceito possível estudando as partes que compõem a expressão: política e pública. Como política, vamos entender a arte de governar ou de decidir os conflitos que caracterizam os agrupamentos sociais. Como pública, vamos entender aquilo que pertence a um povo, algo relativo às coletividades. (Chrispino, 2016, p.19).

Essa definição de Chrispino (2016) é bem próxima da conceituação de Secchi (2019). Chrispino (2016) apresenta em sua obra “Introdução ao estudo das políticas públicas” que é possível deduzir um meta-conceito de política pública, como “uma ação intencional de governo que vise atender à necessidade da coletividade”.

3.2 Os atores do processo de Políticas Públicas

A Literatura Acadêmica nomeia o ambiente onde são construídas as políticas públicas de arena política. É, então, nesse lugar que surge a figura dos atores no processo de políticas públicas. De acordo com Souza (2006), as arenas sociais são um ambiente de tomada de decisão e formulação de políticas públicas.

O modelo de arenas sociais vê a política pública como uma iniciativa dos chamados empreendedores políticos ou de políticas públicas. Isto porque, para que uma determinada circunstância ou evento se transforme em um problema, é preciso que as pessoas se convençam de que algo precisa ser feito. É quando os policymakers do governo passam a prestar atenção em algumas questões e a ignorar outras. Existiriam três principais mecanismos para chamar a atenção dos decisores e formuladores de políticas públicas: (a) divulgação de indicadores que desnudam a dimensão do problema; (b) eventos, tais como: desastres ou repetição continuada do mesmo problema; e (c) *feedback*, ou informações que mostram as falhas da política atual ou seus recursos medíocres. (Souza, 2006, p.32).

Essa denominação nada mais é do que uma analogia para representar que existe um enfrentamento entre esses atores. Para entender melhor quem são esses personagens, insere-se aqui a definição de Secchi sobre atores:

[...] os atores são aqueles indivíduos, grupos ou organizações que desempenham um papel na arena política. Os atores relevantes em um processo de política pública são aqueles que têm a capacidade de influenciar, direta ou indiretamente, o conteúdo e os resultados da política pública. São os atores que conseguem sensibilizar a opinião pública sobre problemas de relevância coletiva. São os atores que têm influência na decisão do que entra ou não na agenda. São eles que estudam e elaboram propostas, tomam decisões e fazem que as intenções sejam convertidas em ações.” (Secchi, 2019, p. 206).

Com Secchi (2019), pode-se entender a perspectiva de ator de políticas públicas como um ator de artes cênicas, que interpreta diferentes papéis em diferentes obras e situações. Dessa forma, os atores possuem papéis dinâmicos, no sentido de que existem várias interações na arena política.

Outra contribuição importante de Secchi (2019) é a categorização de atores de políticas públicas que o autor faz. Nesse trabalho, destacam-se duas dessas categorizações, uma que classifica os atores como individuais ou coletivos e a segunda que classifica como atores governamentais e não governamentais.

Os atores individuais são pessoas que agem intencionalmente em uma arena política. São exemplos de atores individuais os políticos, os burocratas, os magistrados, os formadores de opinião. **Atores coletivos** são os grupos e as organizações que agem intencionalmente em uma arena política. O destaque dessa definição, ‘agem intencionalmente’, serve para distinguir atores de grupos não coordenados de atores. Os banhistas de uma praia não são atores (coletivamente), mas a Associação de Moradores e Amigos da Praia de Itaguaçu é um ator. Os donos de postos de combustíveis do Distrito Federal não são um ator, mas um cartel informal entre os donos dos postos é um ator. A opinião pública não é um ator, mas o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística é. A comunidade internacional não é um ator, mas a Organização das Nações Unidas, sim. São exemplos de atores coletivos os partidos políticos, a burocracia, os grupos de interesse, as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais. (Secchi, 2019, p. 207).

Nessa primeira categorização realizada por Secchi (2019), para um ator ser considerado como tal, sua ação ou influência deve ser intencional e minimamente organizada, refletindo na força que esse ator irá exercer no ambiente político em que se encontra.

Para melhor visualização, será apresentada em forma de quadro a categorização de atores segundo Secchi (2019):

Quadro 1 - Atores de Políticas Públicas

Atores governamentais	Políticos
	Designados politicamente
	Burocratas
	Juizes
	Promotores públicos
Atores não governamentais	Grupos de interesse
	Partidos políticos
	Meios de comunicação
	<i>Think tanks</i>
	Destinatários das políticas públicas
	Organizações do terceiro setor
	Outros stakeholders, empresários, trabalhadores, fornecedores, organismos internacionais, comunidades epistêmicas, financiadores, especialistas etc.

Fonte: Secchi (2019)

É relevante abordar que os governantes são produtores natos de políticas públicas que podem produzir transformações em uma sociedade. Souza (2006, p. 26) relata que “a formulação de políticas públicas se constitui no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real”.

Nessa caracterização, os atores governamentais assumem uma postura importante no cenário político, devido à proximidade com os policymakers governamentais, assim exercendo uma influência mais direta. Já a influência dos atores não governamentais depende do seu nível de organização, convencimento, persuasão e credibilidade na produção de dados, pesquisas e opinião.

Secchi (2019) discute a existência de *Think Tanks* governamentais, que, ao serem financiados por recursos públicos, podem estar sujeitos a influências políticas e ideológicas por parte do governo, o que poderia comprometer sua imparcialidade. Essa é uma possibilidade que pode ser considerada, mesmo no cenário de produção de estatísticas oficiais, onde há códigos de boas práticas e rigorosos padrões internacionais para garantir a imparcialidade na produção de informações.

No entanto, os influenciadores de políticas públicas têm o potencial não apenas de direcionar os formuladores de políticas, os quais moldam os programas governamentais, mas também de incentivá-los a sair da inércia e adotar uma postura mais proativa. Além disso, sob a ótica da política pública por omissão, a transição da inércia para a ação pode ser considerada uma mudança de política pública, conforme definido por Dye (1980). Isso reforça a importância dos *Think Tanks*, que por serem institutos influenciadores de políticas públicas, podem alterar a agenda pública dos governos, ajudando a decidir quais problemas serão colocados em pauta na agenda política.

3.3 O ator de Políticas Públicas *Think Tank*

Ao pesquisar sobre os *Think Tanks* é perceptível um dilema na definição dos pensadores e estudiosos sobre o conceito do termo pela busca por um consenso.

O conceito de *Think Tank* é essencialmente controvertido. A luta pelo estabelecimento de definições consensuais para este tipo de organização constitui um dos espaços de concorrência no campo da Ciência Política, da Sociologia e disciplinas correlatas. (Rigolin; Hayashi, 2016, p.24).

Essa expressão ou termo, em discussão, é muito presente no âmbito internacional e ajuda a descrever instituições que influenciam a formação de agendas públicas. Na literatura brasileira, no que tange às políticas públicas, é necessário trabalhar mais esse conceito e fazê-lo ser mais conhecido, a fim de aprimorar o estudo de políticas públicas sobre essas entidades, que recebem essa conceituação, e sobre o seu papel na arena política.

Os *Think Tanks*, como são genericamente chamados os centros de pesquisa, produção e articulação do conhecimento, exercem diversas funções. A mais conhecida é pautar o debate político por meio da publicação de estudos, artigos de opinião e da participação de seus membros na mídia. (Rigolin; Hayashi, 2016, p.22).

Segundo Hauck (2015), a partir da década de 1990 e 2000, as pesquisas fizeram o conceito de *Think Tank* evoluir, porém, percebe-se uma tendência a uma definição “ampla” entre os estudiosos, ficando evidente a seguir:

O problema é que a definição ampla dificilmente consegue ser útil e clara para distinção entre TTs e outros atores com formas de atuação e organização similares, tais como grupos de interesse, organizações de *advocacy* (termo utilizado para descrever o ato ou processo de defesa de uma causa ou propósito de caráter político), centros de pesquisa de universidades e unidades de pesquisa governamentais. Dessa forma, sinais claros de estiramento conceitual e questionamento sobre a validade da categoria surgem à medida que a versatilidade do conceito aumenta. (Hauck, 2015, p. 29).

Soares (2009) defende que não é possível identificar com precisão o momento histórico em que os *Think Tanks* começaram a surgir no cenário político do Brasil.

No Brasil, como em outros países latino-americanos, não ocorre de maneira idêntica este desnudamento da influência exercida por este tipo de organização sobre a administração pública, os tomadores de decisão política e as políticas públicas resultantes. (Soares, 2009, p.78).

Soares (2009, p.78) afirma ainda que se deve observar a história brasileira e buscar identificar ações e marcos referentes ao surgimento de organizações que assumam a figura de atores de políticas públicas que podem ser classificados como *Think Tanks*.

Em democracias desenvolvidas, o espaço da política é ocupado por diversos atores, inclusive por *Think Tanks* que são estrategicamente geridos por grupos de interesse, governos, especialistas e mesmo por comunidades acadêmicas. A objetividade e clareza de propósito das instituições nestes países legitimam sua atuação, pois num contexto social democraticamente pluralista, não há o pressuposto de negação das diferenças e conflitos inerentes a toda sociedade e é aceita a intervenção responsável de grupos organizados em torno de *Think Tanks* para a defesa de seus valores e crenças. (Soares, 2009, p.78).

Soares (2009) explica que a influência exercida pelos TT's não é tão demonstrada devido algumas divergências na concepção da literatura tradicional sobre o objeto de estudo e que os conceitos geram impossibilidade de enquadramento

teórico de algumas organizações existentes nos países em desenvolvimento, que seria o caso brasileiro.

Isso leva Hauck (2015), Secchi (2019) e especialmente Soares (2009) a agruparem as definições sobre o termo *Think Tank* em duas correntes literárias. A primeira corrente, chamada de anglo-saxônica ou tradicional, e a segunda de não tradicional, que está relacionada com conceituações de autores de diversos países do mundo que não possuem origem anglo-saxã. Essas correntes conceituais são apresentadas no tópico de resultados e discussões.

Para uma melhor elucidação das correntes literárias, vale destacar o entendimento de que o termo “anglo-saxônico” faz referência aos países que possuem como língua oficial o inglês, e na regionalização atual, apenas os Estados Unidos e o Canadá são considerados parte dessa espécie de regionalização. O que se percebe nas conceituações da literatura tradicional é a predominância de autores desses países e, especialmente, de alguns países da Europa Ocidental. Já a literatura não convencional decorre da América Latina e de outras regiões diversas.

No que tange às diferenças conceituais das correntes literárias, tem-se que a **Literatura Tradicional** apresenta uma visão mais homogênea e estruturada dos *Think Tanks*, frequentemente destacando suas origens ligadas a contextos militares e acadêmicos. Exemplos de termos usados incluem “brain factory” e “ideas reservoir”. Já a **Literatura Não Convencional** oferece uma gama mais ampla e diversificada de definições, refletindo diferentes contextos sociopolíticos e culturais. Os conceitos são mais fluidos e adaptáveis às realidades locais, muitas vezes enfatizando o papel dos *Think Tanks* em países em desenvolvimento.

Ao refletir sobre a origem do termo *Think Tank*, Soares (2009) reorganiza o pensamento de Smith (1991) e faz uma analogia com filósofos clássicos como Sócrates e Platão, além de pensadores mais contemporâneos, como Francis Bacon (século XVI). Soares sugere que os *Think Tanks* têm suas raízes nos regimes democráticos da Atenas dos séculos V e IV a.C., inspirados por Sócrates e Platão. Além disso, ele aponta que Francis Bacon foi um dos primeiros pensadores a conceber a ideia de um instituto de pesquisa nos moldes modernos.

Essa releitura de Soares reforça o papel das organizações classificadas como *Think Tanks* no aconselhamento de políticas públicas, semelhante aos conselheiros da Grécia antiga.

No contexto dos regimes democráticos atuais, os governantes precisam ainda mais dessa assessoria devido a diversos fatores. Entre eles estão o excesso de informações gerado pelas tecnologias de comunicação e a rápida disseminação de informações falsas nas redes sociais e na mídia.

Esses fatores mostram que um bom aconselhamento em tempo hábil ajuda os governantes a tomarem melhores decisões políticas.

Think Tanks são organizações de pesquisa, análise e engajamento de políticas públicas. Eles são organizações que geram pesquisas orientadas para políticas, análises e conselhos sobre questões domésticas e internacionais que permitem aos formuladores de políticas e ao público tomar decisões informadas sobre questões de políticas públicas. (McGann, 2020, p.13).

Essa conceituação revela o fato de um *Think Tank* poder emitir opinião no contexto regional e internacional, destacando que o caráter informacional desse tipo de organização não é direcionado apenas para os atores de políticas públicas, mas para a sociedade como em sua totalidade. McGann (2020) relata que os *Think Tanks*, em geral, são definidos pelas relações que estabelecem com outras organizações, ou seja, sua rede de contatos e parcerias. Mesmo com essas interações, eles mantêm suas características principais: ser centros produtores de conhecimento e opinião, e influenciar o processo de políticas públicas.

Os *Think Tanks* podem ser afiliados ou instituições independentes que são estruturadas como corpos permanentes e não temporários. Essas instituições geralmente atuam como uma ponte entre as comunidades acadêmicas e de formulação de políticas, atendendo ao interesse público como uma voz independente que traduz a pesquisa aplicada e básica em uma linguagem e forma compreensível, confiável e acessível para os formuladores de políticas e o público. (McGann, 2020, p.13).

Para tanto, pode-se entender que um *Think Tank* é uma instituição que atende ao interesse público ao traduzir pesquisas aplicadas e básicas em uma linguagem compreensível, confiável e acessível, tanto para os formuladores de políticas públicas quanto para o público. Dessa forma, exercendo influência e assessoria no processo de construção de políticas.

No “*Think Tanks and Civil Societies Program*”-TTCSP um programa de destaque que classifica organizações influenciadoras de políticas públicas, nele é possível ver alguns requisitos necessários para uma organização ser considerada um *Think Tank*.

O programa faz parte da Universidade da Pensilvânia, criado em 1989, e desde sua origem são conduzidas pesquisas a respeito de institutos influenciadores de políticas públicas e o respectivo papel que eles desempenham nos governos e na sociedade civil em todo o mundo.

O TTCSP trabalha não somente com vários estudiosos sobre *Think Tanks*, mas também em conjunto com outros centros acadêmicos.

Nos últimos 30 anos, o TTCSP desenvolveu e liderou uma série de iniciativas globais que ajudaram a preencher a lacuna entre o conhecimento e a política em áreas políticas críticas, como paz e segurança internacional, globalização e governança, economia internacional, questões ambientais, informação e sociedade, redução da pobreza e saúde e saúde global. Esses esforços de colaboração internacional são projetados para estabelecer redes regionais e internacionais de institutos de políticas e comunidades que melhoram a formulação de políticas e, ao mesmo tempo, fortalecem as instituições democráticas e as sociedades civis em todo o mundo. (McGann, 2020, p.362).

Diante dos esforços empreendidos por esse Programa destaca-se como produto de suas pesquisas e contribuição científica o chamado “Global Go To *Think Tank* Index Report” ou, em tradução literal aproximada, “Relatório Índice Global para *Think Tanks*”. Esse relatório é produto de uma classificação dos principais *Think Tanks* do mundo em uma variedade de categorias.

O TTCSP trabalha com os principais acadêmicos e profissionais de *Think Tanks* e universidades em uma variedade de esforços e programas colaborativos e produz o Índice Global Go To *Think Tank* anual que classifica os maiores *Think Tanks* do mundo em uma variedade de categorias. Isso é alcançado com a ajuda de um painel de mais de 1.796 instituições semelhantes e especialistas da mídia impressa, eletrônica, academia como também instituições doadoras públicas, privadas e governos em todo o mundo. (McGann, 2020, p.2).

Em 2006, o TTCSP foi desenvolvido e lançado como um projeto-piloto denominado Índice Global de *Think Tanks*, projetado para identificar e reconhecer centros de excelência em várias áreas de pesquisa sobre Políticas Públicas em diversas regiões do mundo.

Assim, é entendido que o trabalho do *Think Tank* viabiliza uma potencialização do controle social do cidadão sobre as ações de seus respectivos governantes e servidores públicos em geral, os policymakers.

E, uma das consequências da produção das pesquisas e análises realizadas por *Think Tank* é uma sociedade mais bem informada e com tomadas de decisões justas sobre questões políticas.

3.4 O IBGE e o IPEA

No Brasil, a missão de retratar informações necessárias ao conhecimento da realidade e ao exercício da cidadania vem de instituições, sobretudo, vinculadas ao Ministério da Economia.

O IBGE é uma instituição da administração pública federal, vinculada ao Ministério da Economia, que tem por missão “retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania”, por meio da produção, análise, pesquisa e disseminação de informações de natureza estatística – demográfica, socioeconômica e geocientífica – geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental. (IBGE, 2020, p. 13)

Entende-se que o IBGE possui um papel de grande relevância para a sociedade brasileira, tendo em vista que é a instituição oficial que apresenta estatísticas e indicadores que descrevem o Brasil.

IBGE é a instituição oficial de informações estatísticas e geocientíficas do Brasil. Sua atuação está voltada fundamentalmente à produção e à disseminação de informações estatísticas e geocientíficas públicas, em escala nacional, sendo a única instituição com tal tipo de responsabilidade e foco de atuação. (IBGE, 2020, p. 16)

E deve ser considerado que atende aos mais altos padrões de qualidade e confiabilidade por obedecer a um alto rigor metodológico em suas pesquisas, planejamento de trabalho e consonância com o código de boas práticas internacionais dos institutos nacionais de pesquisa.

O trabalho do IBGE é regulado pelo respeito aos valores institucionais e pelo cumprimento do Código de Ética Profissional do servidor público do IBGE, do Código de Boas Práticas das Estatísticas do IBGE, dos Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais e dos Princípios compartilhados que orientam a Gestão da Informação Geoespacial. (IBGE, 2020, p. 18)

Vale destacar ainda que o IBGE possui alguns mecanismos ou documentos que orientam as ações e o trabalho do órgão, como é possível ver na citação acima.

A particularidade e a relevância de seu papel devem-se ao fato de o IBGE produzir essas informações como bens públicos e de disponibilizá-las para toda a sociedade, com regularidade, confiabilidade, transparência e no tempo devido. Não por outra razão, a quantidade, diversidade e abrangência espacial das informações produzidas pelo IBGE não encontram similaridade expressiva com produtos oferecidos por outras instituições e empresas. É isso que torna os produtos do IBGE um poderoso instrumento de suporte à concepção, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação da efetividade de praticamente todas as políticas públicas e programas governamentais, bem como das decisões privadas. (IBGE, 2020, p. 16)

A produção das pesquisas do IBGE resulta num arcabouço de informações relevantes sobre o território nacional que podem ser utilizadas pelos mais diversos usuários. O Instituto tem entre seus objetivos no atual planejamento estratégico “amplificar a disseminação e a comunicação com usuários e sociedade”, ou seja, o órgão não só produz informação como bem público, mas visa incentivar a disseminação de tais informações para o real conhecimento da realidade brasileira.

A produção do IBGE é fundamental para subsidiar, acompanhar e avaliar políticas públicas em prol do desenvolvimento sustentado, da paz e da segurança, sendo relevante insumo aos governos municipais, estaduais e federal e ao próprio cidadão. Por oferecer respostas efetivas e úteis às necessidades e demandas da sociedade é, também, de interesse de universidades, institutos de pesquisa e da iniciativa privada. São valores públicos gerados por essa linha de negócios: o “retrato da realidade física, ambiental, econômica e social do Brasil”; e a “garantia da integridade e disponibilidade de informações estatísticas e geocientíficas nacionais”. (IBGE, 2020, p. 18)

É interessante pensar o que é possível realizar a partir do trabalho desempenhado pelo IBGE e a sua influência sobre as políticas públicas. A produção de informações e estatísticas oficiais resulta em diversos levantamentos sociais, econômicos e demográficos que são insumos valiosos para o campo das políticas públicas.

O IPEA define sua missão da seguinte maneira: "Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas" (IPEA, 2020, p. 11).

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) é uma fundação pública federal vinculada ao Ministério da Economia, similar ao IBGE. Entretanto, seu propósito é conduzir pesquisas e oferecer assessoria para instituições e ações governamentais visando a implementação de políticas públicas.

Suas atividades de assessoramento e pesquisa aplicada fornecem subsídio científico e institucional às ações governamentais, para a formulação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e programas para o desenvolvimento do país. (IPEA, 2020, p.7)

O IPEA também fomenta debates junto à sociedade, assessora poderes públicos e organismos internacionais e multilaterais. Além do assessoramento, o IPEA realiza análises e estudos para verificar o desempenho do estado e das dinâmicas sociais. Como diz o fragmento do planejamento estratégico do instituto, "o IPEA

poderá ainda fornecer assessoria a demais instituições públicas para que se capacitem para desenvolver seus próprios estudos e análises antecipatórias". (IPEA, 2013, p.35).

As atividades desenvolvidas pelo instituto também subsidiam e assessoram os Poderes Legislativo e Judiciário; as esferas de governo estaduais e municipais; empresas estatais, públicas e de economia mista; organizações nacionais; e organismos internacionais e multilaterais. Além disso, fomentam e qualificam debates junto à Academia e à sociedade (organizada ou não). (IPEA, 2020, p.7)

Aqui é perceptível que o IPEA desempenha um trabalho fundamental e estratégico para ampliar e melhorar o debate acerca de temas relevantes para a máquina pública.

Ao longo de sua história, o Instituto tem elaborado planos e programas de governo voltados ao planejamento estratégico para o desenvolvimento brasileiro e ao aprimoramento das políticas públicas, por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado em suas decisões estratégicas. Os desafios e perspectivas da instituição englobam manter a importância e relevância pública do Instituto, com o aprimoramento das políticas públicas, da governança, da gestão de riscos e integridade e dos demais controles internos. (IPEA, 2020, p. 7)

O Instituto assume um papel de planejamento estratégico dos mais variados órgãos da esfera pública, que são produtores de políticas públicas. Simultaneamente, é possível enxergar que o trabalho da Instituição visa aprimorar o campo de Políticas Públicas e da governança, que na Gestão Pública está ligada a um conjunto de ações que definem as responsabilidades e ajudam a desenhar os processos para tomadas de decisão.

Dessa forma, o papel do IPEA proporciona para que o Governo, de forma geral, seja mais bem orientado na implementação de políticas públicas e na capacidade de administrar o território brasileiro.

4 METODOLOGIA

Na elaboração da metodologia de trabalho, a escolha por Gil (2002) como referência foi estratégica, devido a esse autor ter uma ampla aceitação e contribuição significativa para a pesquisa acadêmica. A obra fundamental para embasar essa escolha metodológica é o livro "Como elaborar projetos de pesquisa", que fornece diretrizes claras e objetivas que são fundamentais para a condução de estudos bem estruturados.

O tema de pesquisa de modo geral é formulado de maneira muito ampla, não favorecendo, portanto, a definição de um problema em condições de ser pesquisado. O levantamento bibliográfico preliminar é que irá possibilitar que a área de estudo seja delimitada e que o problema possa finalmente ser definido. (Gil, 2002, p.61)

Gil (2002) destaca a importância do levantamento bibliográfico preliminar para a delimitação do problema de pesquisa. Essa abordagem é fundamental na metodologia do presente trabalho, que visa investigar por que o termo *Think Tank* não se aplica ao IBGE, apesar de ser uma instituição que influencia as políticas públicas. Inicialmente, a questão parecia ampla e desafiadora.

O IBGE é uma instituição reconhecida nacionalmente e internacionalmente por fornecer informações essenciais para o conhecimento da realidade brasileira e o exercício da cidadania. Esse fato foi algo que também motivou a pesquisa, ou seja, a importância do instituto para o contexto das políticas públicas.

No entanto, após uma revisão abrangente da literatura, foi possível conhecer melhor a área de estudo e elucidar os pontos essenciais para alcançar os objetivos propostos. Durante as leituras realizadas, muitos questionamentos surgiram, entre eles: como distinguir Centros de Pesquisa de Unidades de Pesquisa governamentais dos *Thinks Tanks*? Todos esses atores são *Think Tanks*? Quais os critérios que podem definir uma instituição conforme o termo *Think Tank*?

Para melhor elucidar a problemática central e os questionamentos que surgiam ao estudar o tema, a metodologia foi organizada na seguinte ordem: (i) área de realização da pesquisa, (ii) tipologia da pesquisa, (iii) instrumentos de pesquisa, (iv) análise dos resultados da pesquisa.

A área de realização do estudo proposto encontra-se especificamente no campo de políticas públicas, também conhecido como Campo de Públicas (CP).

Sabe-se que o campo de políticas públicas é fruto de uma construção multidisciplinar de outras áreas de estudo. Entretanto, existe relação mais íntima e oriunda com a área das ciências humanas e ciências sociais aplicadas em torno do *locus* público, mais especificamente, nos subcampos da administração ou gestão pública.

Conforme Moritz (2010, p.20), “a tomada de decisão da administração se tornou dependente da informação e no serviço público, como na iniciativa privada, todo o processo de tomada de decisão possui como alicerce a informação”. Portanto, a proposta de trabalho visa examinar como os atores de políticas públicas, especialmente os *Think Tanks*, poderiam influenciar as ações e decisões governamentais.

O IBGE realiza estudos quantitativos e qualitativos sobre o território brasileiro e a sua população, dessa forma ele provê informações oficiais responsáveis por subsidiar com insumos relevantes, como dados e informações para o processo decisório na administração pública.

Destacam-se como objetos centrais de estudo deste trabalho o termo *Think Tank* e o IBGE. Assim, a pesquisa buscou compreender o conceito de *Think Tank* e verificar a aplicabilidade desse conceito ao IBGE, verificando qual seria a influência que ambos têm no contexto das políticas públicas brasileiras. Definir os aspectos que seriam abordados nesta pesquisa proporcionou maior objetividade, facilitou a compreensão do tema e tornou o trabalho mais ilustrativo.

De acordo com Gil (2002) é possível descrever a tipologia de pesquisa baseada nos objetivos em exploratória, descritiva e explicativa.

Deve-se esclarecer se a pesquisa é de natureza exploratória, descritiva ou explicativa. Convém, ainda, esclarecer acerca do tipo de delineamento a ser adotado (pesquisa experimental, levantamento, estudo de caso, pesquisa bibliográfica etc.); (GIL, 2002, p. 162).

Dessa forma, o trabalho foi constituído por uma pesquisa predominantemente explicativa e um tanto exploratória. E, outra forma de classificar pesquisas de acordo com Gil (2002) é com base nos procedimentos técnicos utilizados. Esses procedimentos são traduzidos em instrumentos de pesquisa, podendo ser: uma pesquisa bibliográfica, uma pesquisa documental, uma pesquisa experimental, um estudo de campo, etc.

Os instrumentos de pesquisa escolhidos para delinear o trabalho foram a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, base primordial para responder aos objetivos e à problemática da pesquisa.

E, para corroborar ou refutar a problemática da pesquisa, buscou-se a aplicação dos conceitos e a verificação das características necessárias para uma organização ser considerada um *Think Tank*. Para tanto, foram utilizados como fonte de pesquisa bibliográfica: livros, artigos, trabalhos de conclusão de curso, teses de mestrado, revistas e manuais sobre políticas públicas.

O caráter documental desta pesquisa é justificado pelo uso de documentos institucionais públicos do IBGE e do IPEA, além do Relatório Índice Global para *Think Tanks*. Para melhor entender e descrever tais Institutos, foram utilizados o Relatório de Gestão 2020 e o Plano Estratégico 2017-2027 do IBGE, além do Planejamento Estratégico 2013-2023 e o Relatório de Gestão 2020 do IPEA.

Gil (2002, p.42) afirma que “as pesquisas exploratórias têm como objetivo propor maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou constituir hipóteses”. O trabalho realizado tem o caráter exploratório, por buscar entender um fenômeno pouco estudado em profundidade no contexto brasileiro, a aplicabilidade do conceito de *Think Tank* ao IBGE.

Durante a pesquisa, ao verificar exemplos de *Think Tanks* brasileiros, foi constatado que o IPEA é denominado *Think Tank* no Brasil e ainda que existem graus de semelhanças entre estas duas organizações governamentais, o IBGE e o IPEA.

Ambos são importantes institutos de pesquisa no contexto brasileiro, e com base nesta semelhança percebeu-se a necessidade de realizar um estudo do perfil institucional dessas duas organizações, traçando um quadro comparativo de suas atribuições.

De acordo com Gil (2002), a análise de um exemplo que estimula a compreensão também é algo típico de abordagem exploratória. Nesse sentido, foi visto que uma comparação entre as instituições traria benefícios para esclarecer a problemática deste trabalho, razão pela qual essa abordagem comparativa foi adotada para exemplificar a aplicabilidade analítica do termo *Think Tank* sobre o IBGE.

Assim, a proposta apresentou alguns recortes da identidade institucional do IPEA para permitir essa comparação nos resultados e discussões do

trabalho. Destaca-se também a análise das características de um *Think Tank* por meio dos conceitos de diversos estudiosos em diferentes correntes conceituais.

A busca por entender e explicar as razões pelas quais o IBGE não é considerado um *Think Tank*, ao contrário do IPEA, e como essas diferenças influenciam a aplicabilidade do conceito é a característica marcante deste trabalho. Este objetivo de explicar a "razão" ou "por quê" das coisas é típico de pesquisas explicativas, que visam aprofundar o conhecimento sobre os fenômenos estudados.

Gil (2002) expõe que "as pesquisas explicativas identificam os fatores que determinam a ocorrência de fenômenos". Portanto, o trabalho aproxima-se da tipologia explicativa ao tentar responder ao questionamento central da pesquisa.

Ao procurar maiores esclarecimentos para o fenômeno *Think Tank* foi encontrado na literatura estrangeira o Relatório Índice Global para *Think Tanks*, produzido pelo programa "*Think Tanks and Civil Societies Program*" (TTCSP) da Universidade da Pensilvânia. Esse relatório destaca-se por seu reconhecimento internacional, catalogando e definindo os *Think Tanks* em diversos países.

Devido às conceituações apresentadas, este relatório foi relevante para decidir adotar a perspectiva comparativa entre o IBGE e o IPEA. Pois o IPEA apresenta um reconhecimento nacional e internacional como sendo um TT, o que não acontece com o IBGE.

Porém, muitos foram os desafios e dificuldades encontradas durante a pesquisa. Inicialmente, a literatura sobre os critérios para ser um *Think Tank* era toda na língua inglesa e, após a tradução do documento Relatório Índice Global para *Think Tanks*, verificou-se que a apresentação dos critérios não é exposta de maneira clara no relatório.

O documento oferece uma lista de critérios taxativos sem explicar como são aplicados, dificultando entender os processos e requisitos específicos para uma instituição ser classificada como *Think Tank*. Assim, de acordo com esse documento, não seria possível entender como uma instituição é classificada como *Think Tank* ou mesmo se o IBGE possuía os critérios necessários elencados no documento.

Perante esse motivo, foi necessário um ajuste na metodologia e entendeu-se que as conceituações do termo existentes nas literaturas seriam o caminho para identificar as características básicas para uma instituição ser considerada um *Think Tank*.

A ideia é identificar as características presentes nos conceitos das linhas literárias, visando contribuir com uma identificação mais rápida e visual das características de um *Think Tank* e desta síntese entender quais são as principais características de um *Think Tank*.

Assim, para melhor visualização e entendimento do leitor, foi proposto um quadro onde reúne as principais características de um *Think Tank*. Este estudo partiu das conceituações apresentadas por Soares (2009) no sentido de identificar e destacar as palavras-chave, os termos e expressões que sintetizam a definição de cada autor, definidas pela frequência de sua repetição ao longo da apresentação dos diferentes conceitos.

De acordo com Hauck (2015), o que gera uma certa confusão na definição conceitual de TTs são os estiramentos conceituais que surgem por meio de trabalhos de autores que manuseiam a definição sob uma perspectiva comparada.

Hauck (2015) refere-se aos estiramentos conceituais como a prática de ampliar a aplicabilidade de um conceito além de sua definição original. Isso ocorre quando um conceito é aplicado de forma ampla e genérica, abrangendo casos que talvez não deveriam ser incluídos, comprometendo a precisão conceitual.

No decorrer do trabalho, também foi observado que este estiramento conceitual auxiliou na análise das características dos atores denominados *Think Tank* e, sobretudo, sobre as razões do IBGE não ser ou não um *Think Tank*. Isto é, acredita-se que a produção desse objeto trará uma contribuição importante para o melhor entendimento dos atributos de um *Think Tank*.

E, as considerações finais têm a proposta de trazer as percepções do estudo através dos dados qualitativos na perspectiva de corroborar ou refutar a problemática levantada do estudo em questão sobre a instituições IBGE e a aplicação contextualizada no termo *Think Tank* para as políticas públicas no Brasil.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta pesquisa identificou as características fundamentais de uma instituição do tipo *Think Tank*, explorando a origem desse conceito no contexto das políticas públicas, a partir das correntes conceituais existentes. A metodologia adotada buscou alinhar-se com os objetivos da pesquisa, sendo o objetivo principal avaliar se o termo *Think Tank* pode ser aplicado ao IBGE.

No que tange aos objetivos específicos, a pesquisa se propôs a: compreender o conceito de *Think Tank* e sua influência nas políticas públicas no Brasil, identificar as características básicas de uma instituição para ser considerada um *Think Tank* e analisar a adequação do IBGE a essas características.

5.1 A conceituação sobre o termo *Think Tank*

Ao abordar a origem do termo *Think Tank* percebe-se não haver uma única resposta, por haver quem diga que o termo surgiu na Grécia antiga, na pólis, quando os grandes pensadores e homens políticos reuniram-se para debater decisões que envolviam a vida coletiva.

Por outro lado, alguns autores sugerem que o termo *Think Tank* tem origem na Segunda Guerra Mundial, referindo-se aos "*bunkers*" ou "*tanks*" militares que são abrigos subterrâneos reforçados onde estrategistas e líderes militares traçavam planos de guerra.

A partir dessa ideia, o termo evoluiu para descrever centros de pesquisa onde especialistas de várias áreas reuniam-se para compartilhar informações e conhecimentos, inicialmente no contexto militar e, posteriormente, no setor civil, público e privado.

Destaca-se não haver uma tradução literal do termo que atenda de uma forma objetiva o entendimento necessário e real de que trata o significado. Ao ser pensado na tradução literal, seria "tanques de pensamento" onde é perceptível o entendimento generalizado.

Além do fato de não existir uma tradução literal, segundo Smith (1991) nas correntes literárias, o termo é trabalhado por meio de diversos sinônimos, tais como: brain factory; think factory (fábrica de ideias), think establishment (estabelecimento de ideias), ideas reservoir, fábricas de ideias, catalisadores de ideias, corretores de ideias e entre outros. Essa utilização de sinônimos no próprio ambiente estrangeiro é um

fator que dificulta a classificação das organizações e o elenco de suas características com mais clareza.

Para melhor entender a diversidade de conceitos existentes sobre o termo *Think Tank*, destaca-se o estudo realizado por Soares (2009) ao fazer uma separação entre a literatura tradicional e a literatura não convencional.

Quadro 2 - Conceitos da literatura tradicional - anos 1991 a 2009

AUTORES	ANO DA OBRA	ORIGEM	CONCEITUAÇÃO
SMITH	1991	USA	Instituições de planejamento e aconselhamento tipicamente norte-americanos, os <i>think tanks</i> são grupos de pesquisa privados e sem fins lucrativos que operam às margens do processo político formal da nação. Situam-se entre acadêmicos das ciências sociais, o governo e os partidos políticos. Os <i>think tanks</i> provêm um foco concreto para o estudo das mudanças no papel dos especialistas em política pública no cotidiano dos Estados Unidos.
MERRIAM; WEBSTER	1994	USA	Um instituto, corporação ou grupo organizado para realização de pesquisa interdisciplinar (como, por exemplo, nos problemas ligados à tecnologia ou problemas sociais). São também conhecidos como fábricas de ideias.
MARSH	1994	Austrália	Em uma definição ampla, o termo <i>think tank</i> abriga organizações dos setores privado, público e acadêmico, dedicados à aplicação de suas habilidades e conhecimento em assuntos práticos relativos à política pública. São análogos, nas ciências sociais, aos laboratórios de pesquisa das ciências naturais. São produtores de conhecimento útil em política pública.
DUNN	1996	USA	<i>Think tanks</i> são considerados como organizações que tentam exercer influência pela produção de boas ideias aplicadas a problemas em política pública. Por meio de pesquisa de alta qualidade tentam convencer policymakers a implementar essas ideias.
ABELSON	2000	Canadá	<i>Think tanks</i> são institutos envolvidos ativamente nos diversos estágios do processo [ciclo] da política pública, que através de 'pontos de acesso' aconselham os policymakers e contribuem para moldar uma política pública [específica] ou o ambiente geral de decisão política.
McGANN; WEAVER	2000	EUA	<i>Think tanks</i> são uma parcela que integra a sociedade civil e servem como um importante catalisador entre ideias e ação nas democracias emergentes e avançadas ao redor do mundo, e com isso assumem o papel de atores políticos.

HAAS	2002	EUA	Os <i>think tanks</i> são instituições independentes, organizadas para a realização de pesquisas e geração de conhecimento independente, com conteúdo político relevante. Elas preenchem uma lacuna de importância crítica entre o mundo acadêmico e a esfera governamental. Dentro das universidades, a pesquisa é frequentemente [...] afastada dos dilemas políticos reais. [...] Dentro da estrutura governamental, os funcionários absorvidos pelas exigências concretas do dia a dia dos formuladores de política estão, na maioria das vezes, muito ocupados [...]. Sendo assim, a contribuição primordial dos <i>think tanks</i> é a criação de uma ponte entre o mundo das ideias e da ação.
HOWLETT; RAMESH	2003	Canadá	<i>Think tank</i> pode ser definido como uma organização privada independente, engajada em pesquisas multidisciplinares com o propósito de influenciar política pública; possuem interesse numa ampla gama de problemas políticos; que empregam em tempo integral ou em base contratual especialistas em várias categorias de problemas com a finalidade de desenvolver perspectivas abrangentes sobre as questões de competência governamental. Sua pesquisa tende a propor soluções práticas para problemas públicos ou, em alguns casos, a encontrar evidências favoráveis a posições ideológicas ou a interesses que advogam.
UNDP	2003	Vários países	Os <i>think tanks</i> são atores da sociedade civil, que por meio de organizações se comprometem de forma regular com a realização de pesquisas e a defesa de questões ligas às políticas públicas.
RICH	2004	EUA	Organizações independentes, sem fins lucrativos, sem base em interesses [específicos ou ideológicos] que produzem e de forma especial confiam no conhecimento e nas ideias para obter apoio e influenciar o processo de policy making. É um ator político pouco estudado, cujos especialistas conseguem afetar o curto prazo, ações e posições imediatas dos policy makers.
DENHARDT	2004	USA	<i>Think tanks</i> é uma expressão que engloba um conjunto de instituições que, por meio da análise racional e práticas de seus especialistas em diversas áreas, mas, principalmente no campo das políticas públicas, atuam em várias esferas da burocracia governamental e tendem a estender seu poder a diversos domínios da atividade humana.

GOODMAN	2005	EUA	Um <i>think tank</i> é qualquer organização que apoie pesquisas sobre problemas específicos, incentive a descoberta de soluções para estes e facilite a interação entre pesquisadores e intelectuais para consecução deste objetivo: um <i>think tank</i> de políticas públicas explicitamente foca sua atenção nas políticas governamentais, geralmente com o propósito de melhorá-las ou criar alternativas viáveis para as políticas que estão sendo formuladas. Dada sua natureza, estão envolvidos com o mundo acadêmico, que são, em última instância, as verdadeiras fontes de geração de novas ideias, mais relevantes do que as geradas por políticos, seus partidos ou seus financiadores de campanha.
BRAML	2006	Alemanha	Os <i>think tanks</i> são instâncias que dão sentido e legitimam certas políticas, diminuindo o caráter dominador do discurso e da clareza de uma agenda política, o que facilita sua aceitação e absorção por parte dos atores políticos.
MULGAN	2006	Inglaterra	<i>Think tanks</i> são organizações que unem o mundo das ideias, da análise e da ação e que necessitam, para ser bem-sucedidos, dominar diversos campos do conhecimento: o campo da política, o campo das ideias e o campo da prática da implementação de políticas públicas.
BLANCHART	2007	USA	<i>Think tanks</i> são organizações que trabalham para influenciar decisões políticas e sociais por meio da coleta e compilação de informações; análise de políticas públicas potenciais; avaliação do resultado de políticas existentes; pesquisa e criação de soluções e apreciação de outras soluções propostas. Muitos <i>think tanks</i> tentam evitar influências ideológicas, mas promovem agendas sociais ou filosofias políticas específicas.
RICH; WEAVER	2008	USA	Organizações não partidárias, sem fins lucrativos, cuja principal missão é produzir e promover sua expertise entre os policy makers.

Fonte: Adaptado de Soares, 2009.

Quadro 3 - Conceitos da literatura não convencional - anos 1995 a 2007

AUTORES	ANO DA OBRA	ORIGEM	CONCEITUAÇÃO
WISEGEEK	[S.I.]	Vários países	<i>Think Tank</i> é uma organização que se dedica à pesquisa e discussão dos problemas enfrentados pela sociedade, que costumam indicar as possíveis soluções encontradas e engajar-se na educação e na defesa de suas ideias a fim de obter atenção pública dos envolvidos ou interessados no tema em pauta. Os <i>Think Tank</i> podem ser encontrados no mundo todo, focados em uma extensa gama de assuntos incluindo meio-ambiente, tecnologia, pobreza, leis, política externa, economia, educação, forças armadas, etc.. Muitas das mais brilhantes mentes estão envolvidas com o trabalho em <i>think tanks</i> .
MICELI	1995	Brasil	Os <i>Think Tank</i> são instituições que foram organizadas para atender às solicitações dos setores dirigentes estatais, e que passaram a exercer influência sobre as ações governamentais, mesmo que de forma pontual e ocasional.
SERRA	1994	Brasil	Os <i>think Tank</i> são corporações de interesse que abrangem uma parte pequena, mas bem-organizada da população, e exercem uma influência desproporcional sobre as decisões relativas aos assuntos públicos.
BRAUN; CICIONI; DUCOTE	2000	Argentina	Organizações sem fins lucrativos de pesquisa em políticas públicas, que almejam induzir os policy makers a levar em conta as posições que defendem, e deste modo afetar o processo de decisão política em diferentes níveis de governo [...] A despeito da diferença de escopo de e de foco, possuem em comum a pretensão de construir pontes sobre a lacuna entre as demandas de certos grupos da sociedade civil e o trabalho dos policy makers.
NAKAMURA	2000	Japão	Os <i>Think Tank</i> são, majoritariamente, instituições privadas com fins lucrativos ligadas a empresas, cujas pesquisas são conduzidas com base em contratos e projetos comissionados não havendo, em geral, divulgação e accountability sobre os resultados das pesquisas realizadas. Também exercem menos influência nas políticas públicas do que o alto escalão da burocracia em geral.

LESSA EARP	2001	Brasil	<i>Think Tank</i> são organizações independentes, engajadas em pesquisa multidisciplinar, que buscam lastrear as políticas públicas e que estão fora do alcance da competência da burocracia. Um <i>Think Tank</i> realiza pesquisas distintas das acadêmicas, por sua preocupação em atender demandas do governo, funcionando como um espaço intermediário entre acadêmicos e policy makers.
NIRA	2002	Japão	Os <i>Think Tank</i> são uns dos principais atores políticos das sociedades democráticas, funcionando como uma infraestrutura ágil, que garante um processo pluralista e aberto de avaliação, análise, pesquisa e tomada de decisão política.
BARBOSA; AQUINO	2003	Brasil	Em termos gerais, um <i>Think Tank</i> poderia ser traduzido como uma instância, institucionalizada ou não, de produção intelectual de ponta.
GROS	2003	Brasil	Instituições presentes no processo de formulação de políticas públicas, que não só produzem conhecimento sobre temas sujeitos à regulamentação pública, mas principalmente formulam soluções ou projetos de políticas públicas. A ação política desenvolvida pelos <i>Think Tank</i> pode ser interpretada como parte de uma 'guerra de posição'.
GROS	2003	Brasil	Os <i>Think Tank</i> são institutos privados de pesquisa e debate sobre teoria econômica e políticas públicas; que têm uma equipe técnica de alto nível ou contratam consultores; e que divulgam o resultado das pesquisas que realizam por meio de livros, periódicos e publicações em geral, ou via participação em debates nos meios universitários, na mídia e nos órgãos de assessoria técnica dos partidos políticos. São instituições de pesquisa presentes no processo de formulação de políticas públicas, que produzem conhecimento sobre os temas sujeitos à regulamentação pública e formulam projetos de políticas públicas, conforme sua orientação ideológica.
SANTISO; WHITEHEAD	2006	França	<i>Think Tank</i> são instituições não estatais de conhecimento, que operam sobre o guarda-chuva do governo e que lutam pelo exercício de influência sobre o processo de decisão política junto às autoridades. Desempenham um papel essencial na formulação e disseminação de propósitos políticos e no provimento de informações-chave para o processo de política pública.

DÜR; DE BRIÈVE	2007	Bélgica	São organizações que participam no processo de política pública, ao oferecerem apoio técnico (conhecimento) aos policy makers, ou exercerem pressão sobre esses, também com base em conhecimentos, conferindo legitimidade a cursos de ação adotados, ou desqualificando-os, de acordo com o grupo de pressão que representam.
SILVA	2007	Brasil	São reservatórios de ideias, que produzem e disseminam conhecimentos relevantes para a formulação de políticas públicas e a tomada de decisão política.

Fonte: Adaptado de Soares, 2009.

É perceptível nos quadros 2 e 3 que diversos autores concebem de forma diferente o que é um *Think Tank*. Agrupar os conceitos em correntes literárias facilita a compreensão da terminologia se não fossem os denominados estiramentos conceituais.

A expressão "estiramentos conceituais" foi introduzida pelo cientista político italiano Giovanni Sartori (1924-2017) e é citada por Hauck (2015) como um problema metodológico. Segundo Hauck (2015), ao traduzir e interpretar Sartori, os estiramentos conceituais ocorrem quando um conceito é ampliado a tal ponto em sua aplicação que perde precisão e clareza.

Ou seja, estudiosos do campo de Políticas Públicas trabalham os mais diversos aspectos da sinonímia da expressão *Think Tank* atrelados juntamente com as características que uma organização dessa natureza deve possuir. Nesse sentido, os estiramentos surgem da tentativa de diversos autores conceituarem o termo TT utilizando vários sinônimos do vocabulário político.

Durante o estudo dos quadros conceituais apresentados por Soares (2009), observou-se que as características de um *Think Tank* se concentravam em torno de algumas palavras ou expressões sinônimas, denominadas neste trabalho como "palavras-chave" ou "expressões núcleo". Essas foram definidas pela frequência de sua repetição ao longo da apresentação dos diferentes conceitos.

Diante desse fenômeno, com o intuito de reduzir o que Hauck (2015) chama de estiramentos conceituais, entende-se que a síntese das conceituações é algo que auxilia o entendimento do fenômeno dos TT's, o seu estudo e classificação. A seguir é apresentado um quadro síntese, onde podem ser observadas palavras-chave ou expressão núcleo e ainda uma possível caracterização das Instituições *Think Tank*.

Quadro 4 - Síntese de características de uma instituição *Think Tank*

PALAVRA-CHAVE OU EXPRESSÃO NÚCLEO	CARACTERIZAÇÃO	AUTORES	
Aconselhamento	Instituição que realiza aconselhamento e orientação aos decisores políticos sobre assuntos referentes às políticas públicas.	Smith (1991)	Lessa Earp (2001)
		Abelson (2000)	Dür; de Briève (2007)
		Braun; Cicioni; Ducote (2000)	Rich; Weaver (2008)
Pesquisa	Instituição ou grupo que realiza pesquisas multidisciplinares que auxiliam no processo decisório de políticas públicas.	Smith (1991)	WisegEEK [S.I]
		Merriam; Webster (1994)	Braun; Cicioni; Ducote (2000)
		Marsh (1994)	Nakamura (2000)
		Haas (2002)	Lessa Earp (2001)
		Howlett; Ramesh (2003)	Nira (2002)
		Undp (2003)	Gros (2003)
		Blaanchart (2007)	
Produtor de conhecimento e de ideias	Produce conhecimentos relevantes ou fornece ideias para a formulação de políticas públicas e para a tomada de decisão política.	Merriam; Webster (1994)	Goodman (2005)
		Marsh (1994)	Barbosa; Aquino (2003)
		McGann; Weaver (2000)	Gros (2003)
		Haas (2002)	Santiso; Whitehead (2006)
		Rich (2004)	Silva (2007)
Aplicação do conhecimento	Auxilia o decisor político a colocar suas ideias em prática. Um TT realiza a contribuição de criar uma ponte entre o mundo das ideias e da ação.	Marsh (1994)	Haas (2002)
		Abelson (2000)	Mulgan (2006)
		McGann; Weaver (2000)	WisegEEK [S.I]
Independência	Nesse sentido ser independente refere-se à instituição não ser ligada a interesses (específicos ou ideológicos), mas focada no processo de produção de políticas públicas.	Haas (2002)	Blaanchart (2007)
		Howlett; Ramesh (2003)	Rich; Weaver (2008)
		Rich (2004)	Lessa Earp (2001)

Análise e Avaliação das políticas públicas	Instituição que realiza análise e avaliação de políticas públicas. Viabiliza soluções de políticas públicas.	Denhardt (2004)	Blaanchart (2007)
		Mulgan (2006)	Nira (2002)
Influência	Instituição que exerce influência no processo de decisão política. Exerce influência na construção de políticas públicas e nas ações governamentais.	Dunn (1996)	Miceli (1995)
		Howlett; Ramesh (2003)	Serra (1994)
		Rich (2004)	Braun; Cicioni; Ducote (2000)
		Denhardt (2004)	Nakamura (2000)
		Blaanchart (2007)	Santiso; Whitehead (2006)

Fonte: Elaborado pelo Autor

As palavras-chave ou expressões núcleo que definem as características de um *Think Tank* foram extraídas dos 29 (vinte nove) conceitos abordados na literatura tradicional e não convencional (quadros 3 e 4).

Foram identificadas sete características fundamentais nos conceitos de *Think Tank*: aconselhamento, pesquisa, aplicação do conhecimento, produção de conhecimento e ideias, independência, influência e análise e avaliação de políticas públicas.

Dentre as características, a palavra **aconselhamento** foi utilizada expressamente por seis autores. A escolha desse termo também foi baseada na proposta que Soares (2009) fez em seu trabalho ao criar o termo em português “Organizações de Pesquisa e Aconselhamento em Políticas Públicas” para substituir o termo em inglês *Think Tank*.

Organizações de diversas formas jurídicas e com distintas fontes de financiamento, que realizam pesquisas sobre políticas públicas, com a finalidade de aconselhar os policymakers, influenciar a tomada de decisão política e divulgar para a sociedade os resultados obtidos em seus estudos e pesquisas. (Soares, 2009, p.111)

Na essência do trabalho de Soares (2009), a finalidade de uma organização que atende ao termo em estudo é o aconselhamento dos gestores públicos responsáveis pela formação de políticas públicas.

Os TT são atores que orientam os tomadores de decisão no setor público em projetos que visam atender à sociedade. Para isso, tais organizações possuem um

grande arcabouço técnico, por meio de pesquisas e grupos de estudiosos, para exercer tal papel de aconselhamento.

Já a palavra **pesquisa** foi empregada por treze autores, sendo notório que reflete uma característica fundamental por descrever uma atividade realizada por um *Think Tank*. A palavra pesquisa também teve influência na proposta que Soares (2009) fez em seu trabalho ao criar o termo em português “Organizações de Pesquisa e Aconselhamento em Políticas Públicas-OrPAPPs” para substituir o termo em inglês *Think Tank*.

Além disso, muitos autores associam o termo *Think Tank* a organizações que realizam pesquisas sobre diversos indicadores sociais. Soares (2009) destaca que as instituições caracterizadas como OrPAPPs são organizações que realizam pesquisas voltadas para políticas públicas.

No entanto, para formular políticas eficazes, é essencial que essas instituições (TT) disponham de uma ampla base de dados e informações sobre diferentes indicadores sociais. As pesquisas sobre políticas públicas são derivadas da análise de políticas existentes, dos resultados dessas políticas e de relatórios sobre a aplicação prática de medidas públicas, refletindo a realidade do espaço geográfico em análise.

O fato é que um *Think Tank* tem a importante característica de ser uma instituição que realiza pesquisas, que de forma direta ou indireta estão ligadas ao processo de construção política. As pesquisas do IBGE exercem uma influência de forma indireta, porém são muito eficazes para verificar os resultados e medir a efetividade das políticas públicas aplicadas no território brasileiro.

Ao referir-se a um *Think Tank* como **organização produtora de conhecimento e de ideias**, está ligada até mesmo à tradução literal do termo, que seria “tanque de ideias”. Nos quadros conceituais, essa expressão núcleo é citada por dez autores.

Neste sentido, a investigação da trajetória, natureza e papéis das organizações que se caracterizam como *Think Tanks*, no espaço político brasileiro, sugere um rico objeto de investigação. Se as ideias importam, é natural que o estudo dos *think tanks* seja igualmente importante, porque estas são as instituições que ajudam a propagá-las. (Rigolin; Hayashi, 2016, p.22).

As definições dos quadros conceituais e a afirmação Rigolin e Hayashi (2016) mostram que as organizações *Think Tank* são disseminadoras de ideias. Entende-se

que boas decisões que atendem os interesses da população devem ser embasadas em dados, pesquisas e estudos.

Por meio da colaboração de especialistas de diferentes áreas, essas organizações conseguem integrar conhecimentos complexos em análises práticas e acessíveis. Assim, os *Think Tanks* divulgam estudos e artigos que influenciam tanto o debate público quanto o acadêmico, guiando decisores políticos e moldando a opinião pública. Essa habilidade de transformar dados em ideias aplicáveis é o que solidifica a reputação dos *Think Tanks* como centros de excelência na produção de conhecimento e de ideias ao mesmo tempo.

Durante as considerações sobre as características escolhidas para a construção do quadro síntese, levantou-se ainda o seguinte questionamento: a ideia de ser uma instituição de pesquisa não seria a mesma de produtora do conhecimento?

Ao procurar essa resposta, verificou-se que a resposta se encontrava na área de gestão do conhecimento, que possui a chama hierarquia DIKW que é amplamente utilizada em diversas áreas de tecnologia da informação e nos ajuda a entender o processo de produção de conhecimento.

A hierarquia DIKW apresenta esse nome por compor as iniciais das seguintes palavras em inglês: “Data-Information-Knowledge-Wisdom”, que em tradução literal são respectivamente “dado, informação, conhecimento e sabedoria”.

Segundo Remor, Fialho e Queiroz (2017), esse modelo hierárquico é fruto de uma construção evolutiva do pensamento de Russel Ackoff, a partir da década de 1980, e define os termos: dado, informação, conhecimento e sabedoria, sendo quatro elementos distintos, porém intimamente relacionados.

Remor, Fialho e Queiroz (2017) afirmam que os dados se tornam informação conforme são combinados em estruturas que façam sentido, posteriormente, se tornam conhecimento conforme a informação é posta em contexto e pode ser utilizada para realizar previsões.

Baseada na hierarquia do conhecimento, a pesquisa está ligada à coleta de dados, os quais são elementos de informação, sendo os dados um ponto-base de um processo cognitivo. Os dados são transformados em informação quando são organizados e contextualizados, passando para um próximo nível que seria colocar a informação em ação, tirando conclusões, o que de fato produziria o conhecimento.

Vale destacar que conhecimento é um conceito complexo de ser definido devido à sua relatividade, mas o conhecimento, conforme a hierarquia DIKW seria a combinação dos dados com informação. E por fim, a sabedoria seria a etapa onde ideias e soluções mais assertivas são produzidas e aplicadas, por estarem fundamentadas em todo um processo de construção do conhecimento.

Dessa forma, não só *Think Tanks*, mas outros atores de políticas públicas têm muito a contribuir para que os policymakers tomem decisões mais fundamentadas (em caráter técnico e científico) e considerem a realidade do contexto em que a política está inserida.

Nos conceitos, seis autores fizeram menção aos TT's como sendo uma organização que ajuda na **aplicação do conhecimento** sobre políticas públicas. Essa definição de aplicação do conhecimento envolve a transição do conhecimento teórico para a prática real, indo além da mera produção, indo para a fase de execução e aplicando os conhecimentos e ideias sugeridas.

Um *Think Tank*, por agregar em seu trabalho habilidades e conhecimentos sobre assuntos referentes a políticas públicas, acaba sendo uma ponte entre o mundo das ideias e a ação. A aplicação de habilidades, conhecimentos e atitudes no debate sobre políticas públicas é essencial para elevar o nível técnico de produção de tais políticas.

A ideia de aplicação do conhecimento está no fato do TT ser uma organização que faz essa ponte entre o mundo das ideias e a ação. Ou seja, buscar colocar os conhecimentos em prática e efetivá-los executando as políticas públicas colocadas em pauta.

Essa seria a síntese das ideias elencadas pelos autores que se referem a um TT ser uma organização que “aplica conhecimentos” e que “são pontes entre o mundo das ideias e da ação”, citações presentes nos quadros conceituais.

Vale destacar que produzir conhecimentos e formular ideias estão intimamente relacionadas, sendo que produzir conhecimento é colocar as informações organizadas de acordo com um determinado contexto e formular ideias estaria relacionado a sugestões de melhorias ou de atitudes baseadas no conhecimento construído.

A aplicação do conhecimento seria a parte ou a fase de executar uma política pública, colocá-la em prática. Uma instituição que não somente produz conhecimentos ou ideias, mas auxilia na concretização de políticas públicas, por meio de ações.

É muito comum no estudo sobre *Think Tanks* que algumas conceituações apresentem “os eixos da autonomia e da independência da organização frente a outros atores do processo político”. Segundo Hauck (2015), a autonomia pode ser organizacional ou com relação aos interesses de outros atores políticos. Soares (2009) relata que esses eixos estão ligados ao viés ideológico ou à dependência de recursos.

Sabe-se que atualmente uma organização no ramo acadêmico dificilmente consegue manter-se ativa sem estabelecer ligações ou receber apoio, seja financeiro ou na própria força de trabalho, por meio de parcerias.

Em todos os conceitos sobre *Think Tank* a palavra-chave independência apareceu seis vezes e entende-se que se refere ao compromisso dos *Think Tanks* em conduzirem o seu trabalho, evitando influências ideológicas ou partidárias. O respaldo para a escolha desse sentido foram as conceituações dos autores Haas (2002), Rich (2004), Blaanchart (2007), Rich; Weaver (2008).

As conceituações de Howlett; Ramesh (2003) e de Lessa e Earp (2001) também citam o eixo da independência de um TT e acrescentam o sentido de autonomia organizacional ao de ser independente financeiramente.

Nota-se que as conceituações têm como propostas justamente evidenciar os posicionamentos de Hauck (2015) e Soares (2009), sendo a independência de viés ideológico ou partidário um fator que, também, atende as normas e os padrões internacionais no que tange à produção de informações.

Também foi encontrada nas conceituações a expressão núcleo **análise e avaliação das políticas públicas**, intimamente ligada ao contexto do ciclo de políticas públicas, sendo a etapa final do ciclo das políticas públicas.

Esta tipologia vê a política pública como um ciclo deliberativo, formado por vários estágios e constituindo um processo dinâmico e de aprendizado. O ciclo da política pública é constituído dos seguintes estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação. (Celina, 2006, p.29)

Uma organização *Think Tank* possui um conjunto de especialistas para que a produção intelectual desenvolvida na instituição tenha cunho técnico e científico. Dessa forma, a análise e avaliação das políticas públicas estão inseridas no trabalho desses importantes atores da arena política.

E, na etapa de análise e avaliação, é possível verificar questões relevantes, tais como se a política pública alcançou os resultados propostos, se terá continuidade ou se necessita passar por reformulações. Além disso, a criação de alternativas a partir dos estudos realizados é algo essencial para elevar o nível de elaboração de políticas que atendam problemas públicos.

Essa característica foi mencionada explicitamente por apenas quatro autores nas correntes conceituais, respeitando a palavra-chave em sua literalidade. No entanto, ao considerar que a proposição de soluções está baseada na análise e avaliação das políticas públicas, essa característica também aparece nas conceituações de Howlett e Ramesh (2003), Doodman (2005) e Gros (2003), totalizando sete incidências.

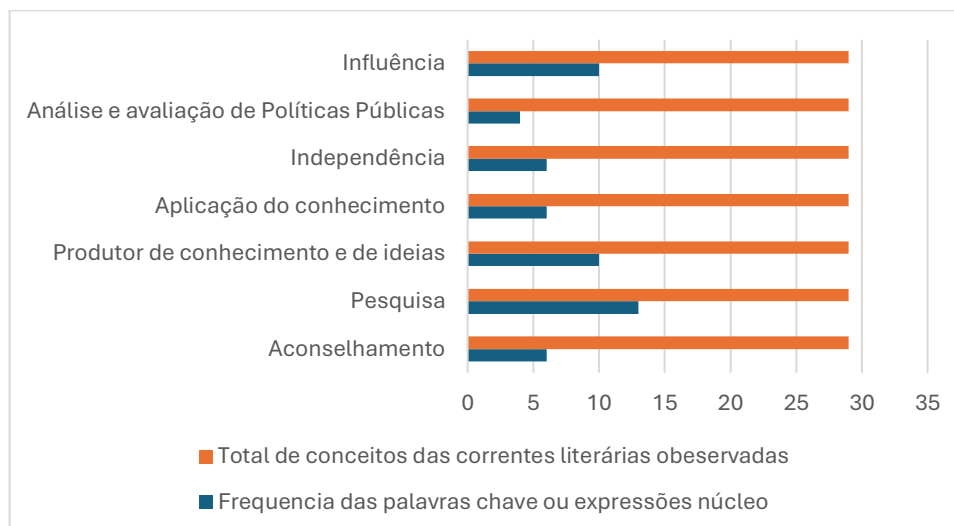
A palavra-chave **influência** encontra-se presente em dez publicações dos autores citados por Soares (2009) que forçam que “os *Think Tanks* tendem a influenciar todos os aspectos do processo político”. Uma organização que produz conhecimentos e ideias necessárias ao processo de formação de política pública não deseja que essa produção seja descartada, buscando influenciar os gestores públicos responsáveis pela elaboração de tais políticas.

Segundo Pinheiro (2019), a principal função dos *Think Tanks* é exercer influência sobre as políticas públicas, direcionando os agentes públicos envolvidos na elaboração dessas políticas. Esses agentes, por sua vez, podem aprovar ou vetar projetos com base no que consideram ser as melhores propostas.

A capacidade de exercer influência é algo muito presente na arena política, como fazem os TT's. Os atores de políticas públicas têm um papel constante na elaboração de políticas públicas, fornecendo produtos de pesquisa, aconselhando decisores políticos e outras atividades desenvolvidas por instituições de conhecimento.

Para melhor visualização, foi organizado um quadro que contém a representação gráfica da quantidade de palavras-chave ou expressões núcleo que aparecem na conceituação de *Think Tanks* das diferentes linhas conceituais.

Destaca-se que as barras em azul descrevem a frequência das **palavras-chave ou expressão núcleo**, já as barras na cor laranja discriminam o total de conceitos nas correntes literárias observadas. As barras foram colocadas lado a lado para ver o comparativo em relação ao total de conceitos.

Quadro 5 - Representação gráfica do quadro síntese de características

Fonte: Elaborado pelo Autor

Nota-se que as barras azuis descrevem a frequência das palavras-chave ou expressões, e as barras laranjas discriminam o total de frequência dos conceitos nas correntes literárias observadas.

Para além destas palavras e expressões classificadas como essenciais, foi possível identificar algumas conexões destes conceitos das correntes literárias com os conceitos contemporâneos apresentados pelos autores citados no referencial teórico:

1. A escolha da palavra pesquisa também teve influência na proposta que Soares (2009) fez em seu trabalho ao criar o termo em português “Organizações de Pesquisa e Aconselhamento em Políticas Públicas - OrPAPPs”. Este termo foi organizado para substituir o termo em inglês *Think Tank*. Soares (2009) fala sobre a característica de “influência” ao afirmar que tanto no Brasil quanto em outros países não há uma explicitação da influência exercida por esse tipo de organização.
2. Rigolin e Hayashi (2016) também descrevem os *Think Tanks* como institutos de pesquisa e organizações ligadas à articulação do conhecimento.
3. As ideias de “ser um instituto ligado à pesquisa”, a característica de “independência”, de “aplicação do conhecimento” e de “realizar análises e avaliações” também são abordadas por McGann (2020).

Essas observações demonstram que a existência desta coerência proporciona uma compreensão mais robusta e fundamentada das características essenciais para uma organização ser considerada um *Think Tank*.

5.2 O IBGE e uma organização *Think Tank* brasileira

O IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA são instituições congêneres vinculadas ao Ministério da Economia, compartilhando o mesmo formato institucional e personalidade jurídica. Ambos têm como objetivo realizar pesquisas e possuem estruturas organizacionais muito semelhantes.

Citado por Secchi (2019), Hauck (2015), McGann (2020) e no “Relatório Índice Global para *Think Tanks*” como um exemplo de *Think Tank* brasileiro, o IPEA, concluiu-se que para um melhor direcionamento e entendimento sobre o IBGE ser um TT, vale entender os aspectos organizacionais e administrativos das duas instituições. Onde é crucial destacar suas similaridades e áreas de divergência por meio de uma análise comparativa.

Os dados utilizados para a construção do quadro comparativo foram extraídos do Relatório de Gestão 2020 e do Plano Estratégico 2017–2027 do IBGE, e como também do Planejamento Estratégico 2013–2023 e do Relatório de Gestão 2020 do IPEA.

Quadro 6 – Comparativo entre o IBGE e o IPEA

Instituição	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA
Forma de Instituição	Fundação Pública	Fundação Pública
Personalidade Jurídica	P. J de direito público	P. J de direito público
Missão	Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania.	Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.
Visão	Consolidar o Sistema Estatístico e Geocientífico Nacional com informações públicas, facilitando o acesso e o uso aos cidadãos.	A instituição de Estado que influencia, de maneira decisiva, as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento.
Atividades	IBGE produz, analisa, pesquisa e divulga informações de natureza estatística (demográfica, social e econômica); geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental. Com isto, ajuda	O Instituto fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e o acompanhamento de políticas

	a conhecer a realidade física, humana, social e econômica do País.	públicas e programas de desenvolvimento.
Contribuições para a sociedade	• Ampliar a cobertura e detalhamento das pesquisas estatísticas e dos levantamentos geocientíficos. • Estruturar e promover o Sistema Nacional de Informações Oficiais (SNIO) • Ampliar a contribuição e atender aos acordos internacionais nas áreas de estatísticas e geociências. • Fortalecer o papel da Instituição como difusora de conhecimento.	• Políticas públicas mais efetivas, eficazes e com maior economicidade; • Ação do Estado estrategicamente orientada para o longo prazo; • Decisões estratégicas bem fundamentadas; • Políticas públicas devidamente avaliadas; • Conhecimento mais consistente e disseminado em relação ao desempenho do Estado e da dinâmica da sociedade; • Debate público mais qualificado; • Atuação mais efetiva, eficaz e com maior economicidade;

Fonte: Elaborado pelo Autor

No quadro comparativo, é possível ver que ambas as instituições possuem a mesma denominação de “instituto” e possuem a mesma forma de personalidade jurídica, “pessoa jurídica de direito público”. Por esse fato, são consideradas instituições congêneres. Além disso, ambos adotam um planejamento estratégico robusto e utilizam relatórios de gestão para documentar suas atividades organizacionais. Esses documentos não apenas descrevem as ações realizadas, mas também orientam futuras iniciativas e promovem a transparência na gestão pública dos dois órgãos.

É possível verificar, ainda, que são instituições de Estado cujas informações são fundamentais para o poder executivo em todos os níveis da federação brasileira, incluindo União, Estados, Distrito Federal e Municípios. O IBGE, com seu papel crucial na produção de dados estatísticos e geocientíficos, e o próprio significado do IPEA como “Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada”, revelam que esses órgãos desempenham um papel essencial na produção de pesquisas que embasam a formulação e avaliação de Políticas Públicas.

Eles não apenas fornecem dados objetivos e confiáveis, mas também contribuem para a análise e o entendimento da realidade socioeconômica do país, influenciando diretamente nas decisões estratégicas e no desenvolvimento de políticas mais eficazes e informadas.

Outra característica semelhante entre o IBGE e o IPEA é o compromisso com a disseminação ampla e acessível das informações produzidas. Ambas as instituições

buscam não apenas gerar conhecimento, mas também torná-lo acessível ao público e às diferentes esferas governamentais.

Por mais que as instituições apresentaram algumas semelhanças, suas diferenças em atribuições e finalidades são significativas. O destaque para essas divergências está nos seguintes aspectos: missão, visão, atividades desempenhadas e contribuições para a sociedade.

Ao analisar **a missão**, ou seja, “a razão de ser”, Oliveira (200, p.50) percebe que o IBGE, que se define como o produtor de informações abrangentes e conhecimentos gerais sobre o Brasil, percebe-se a amplitude da sua responsabilidade na caracterização do ambiente nacional.

Por outro lado, o IPEA tem uma missão mais direcionada e estratégica. Ele se concentra não apenas na produção de conhecimento, mas especificamente no aprimoramento das políticas públicas. Sendo assim, o IPEA desempenha um papel crucial ao assessorar o Estado na formulação de decisões estratégicas que impactam diretamente o desenvolvimento socioeconômico do país.

A missão do IBGE é realmente uma tarefa muito complexa, considerando especialmente as dimensões continentais do Brasil. Essa missão não é apenas desafiadora, mas essencial para o funcionamento de um estado democrático e para o desenvolvimento socioeconômico do país, por atuar como produtor de informações e conhecimentos gerais sobre o Brasil.

Ainda na razão de ser, “**a visão** representa o que a empresa quer ser”, Oliveira (2007, p.65), é onde aquela instituição deseja chegar em um período a longo prazo. Diante disso, é perceptível que o IBGE está focado em consolidar o Sistema Estatístico e Geocientífico Nacional, uma tarefa fundamental para a produção de informações e estatísticas oficiais de alta qualidade.

A visão do IBGE destaca não apenas a importância de coletar e analisar dados precisos, mas também a disseminação dessas informações de forma acessível e útil para a população.

Esse compromisso com a transparência e a facilitação do acesso aos dados reflete uma preocupação genuína em garantir que os cidadãos estejam bem informados, o crucial para o exercício da cidadania e a tomada de decisões conscientes. Além disso, ao facilitar o uso das informações, o IBGE contribui

significativamente para a formação de uma sociedade mais informada e capaz de participar ativamente no desenvolvimento e na avaliação de políticas públicas.

Por outro lado, o direcionamento do IPEA é mais próximo ao exercício de uma influência decisiva nas políticas públicas, posicionando-se como um ator central no processo de formulação e implementação dessas políticas.

A visão do IPEA enfatiza sua função crítica em fornecer análises e recomendações baseadas em pesquisas rigorosas, visando orientar os tomadores de decisão e garantir que as políticas públicas sejam bem fundamentadas e eficazes. Esse papel estratégico do IPEA o coloca como um importante colaborador no desenvolvimento de soluções que promovam o crescimento econômico e social do país, tornando-o um pilar essencial na arena das políticas públicas brasileiras.

No que trata das **atividades desempenhadas pelas instituições**, embora o IBGE não atue incisivamente na tomada de decisão com relação às políticas públicas, sua atuação influencia substancialmente, ao fornecer informações de qualidade para esse processo decisório. Para melhor compreensão das contribuições para a sociedade, é necessário falar da produção de cada instituto e o impacto de seus produtos na sociedade.

Reis et al. (1999) afirmam que a estatística aplicada para resolução de um problema possui 5 etapas: identificar o que será analisado, recolher a informação necessária, classificar e organizar dados, analisar dados e a apresentação dos resultados e por último tomar a decisão mais adequada. Ao descrever o fato de recolher informações, o autor cita a diferença entre dados primários e secundários.

Recolher a informação necessária, relevante para o problema em estudo, em tempo útil e tão completa quanto possível. Esta informação poderá consistir em dados primários, recolhidos através de um questionário, ou dados secundários, recolhidos e publicados através de outra fonte de informação. (Reis et al., 1999, p. 23)

Considerando as informações de Reis et al. (1999), entende-se que o IBGE trata de coleta de dados primários, pela constante aplicação de questionários em suas pesquisas, o maior exemplo disso é o censo demográfico, feito por um grande questionário.

Ao considerar que dados secundários são informações coletadas de outras fontes de informação já existentes, podem ser pesquisas já realizadas, e pelo fato da

continuidade das pesquisas do IBGE, é possível inferir que ele é um produtor de dados primários e secundários ao mesmo tempo.

O IBGE, ao produzir documentos e livros, que fazem sínteses das suas pesquisas, usa dados secundários devido às informações estarem baseadas em outras preexistentes e ao utilizar outras fontes de informação de outros órgãos e instituições. Por fim, é importante ressaltar que o Instituto possui maior destaque na produção de dados primários no contexto brasileiro.

Já o IPEA possui ênfase na análise de dados secundários, abrangendo análises descritivas, com textos para discussão e emissão de opinião sobre os assuntos abordados, e sendo mais direto para a formulação das políticas públicas.

É importante ressaltar que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), instituição congênere do IPEA, possui conselho consultivo nos moldes do KDI e do CPB. Sua missão é produzir estatísticas demográficas, econômicas e sociais, bem como informações geográficas e ambientais que constituem matéria-prima essencial para as pesquisas e os estudos desenvolvidos no IPEA e nas demais instituições de pesquisas públicas e privadas sobre o Brasil. No caso específico do IPEA, em que pese a complementaridade com o IBGE, há uma separação de papéis (“quem produz não analisa e quem analisa não produz”), justificada pelos códigos de boas práticas internacionais na medida em que, para garantir a credibilidade das estatísticas oficiais, os institutos nacionais de estatísticas devem ser independentes de órgãos administrativos ou de assessoramento governamentais. (Vianna; Coelho; Cunha, 2019, p. 23)

No “Texto para discussão nº 2472” do IPEA, o próprio IPEA reconhece que o IBGE é uma instituição do mesmo gênero, mas baseado nos códigos de boas práticas em estatísticas internacionais, eles se diferenciam quanto ao papel desempenhado por cada um, onde o IBGE produz estatísticas e conhecimento e IPEA faz análise.

Pelo caráter de produção estatística, o IBGE deve permanecer neutro por ser signatário de um código de boas práticas em estatísticas, em especial o código de boas práticas estatísticas da América Latina e do Caribe em 2011. Neste código estão presentes instrumentos, estruturas, princípios e as melhores práticas para contribuir para o aperfeiçoamento nacional e internacional da atividade estatística.

Esses códigos são frequentemente desenvolvidos por organizações estatísticas, governos ou organismos internacionais para promover a qualidade e confiabilidade dos dados estatísticos obtidos. “O Código de Boas Práticas das Estatísticas do IBGE tomou por base o Código Regional de Boas Práticas das Estatísticas para a América Latina e o Caribe” (IBGE, 2013).

Conforme o IBGE, o Código de Boas Práticas Estatísticas do IBGE (2013) visa aumentar a confiança dos usuários (pessoas e organizações em geral) no trabalho do Instituto na elaboração de suas estatísticas, o IBGE tem em vista assegurar a imparcialidade e a objetividade a fim de demonstrar comprometimento com a confidencialidade estatística. O IBGE lida desde a coleta dos dados até a publicação de informações. Emitir informações com opinião seria algo que iria ferir a imparcialidade defendida pelo código de boas práticas estatísticas.

Retratar as condições econômicas, sociais e ambientais; fornecer subsídios para o planejamento, a execução e o acompanhamento de políticas públicas; propiciar suporte técnico para tomadas de decisões; e consolidar o exercício da cidadania. (IBGE, 2013, p.15)

Esses são os objetivos das estatísticas oficiais e da produção de conhecimento do IBGE, ou seja, é subsidiar o planejamento das políticas públicas, fornecendo suporte técnico para a tomada de decisão. Os produtos do IBGE fundamentam as políticas públicas, por isso o instituto deve se manter imparcial. Dessa forma, o IBGE é um importante ator de políticas públicas que fornece informações fundamentais para a elaboração de tais políticas, mas não emite opinião sobre a sua própria produção.

No que diz respeito a **contribuições para a sociedade**, o IBGE mantém seu foco na coleta, análise e divulgação de dados estatísticos nos aspectos demográficos e socioeconômicos, entre outros aspectos geográficos diversos.

É imprescindível citar que, sem a produção das estatísticas e informações que são fruto do trabalho do IBGE, não seria possível um bom acompanhamento das políticas públicas no cenário brasileiro. Essa produção de informações oferece parâmetros de comparação e dados para verificar a efetividade das políticas públicas, ou seja, através dos dados do IBGE é possível ver o impacto das políticas públicas pelos indicadores socioeconômicos que são produzidos.

Essas informações desempenham um papel fundamental ao oferecer um retrato detalhado e atualizado da realidade do Brasil, permitindo uma compreensão mais profunda da dinâmica social e econômica do país. Entre elas, como saber se as políticas públicas governamentais adotadas para combater o desemprego ou para reduzir os índices de analfabetismo estão sendo eficazes? Pode-se dizer que, observando o histórico e evolução das taxas de desemprego, de escolarização e das taxas de analfabetismo, que são importantes indicadores, são constantemente produzidos e publicados pelo IBGE.

Por outro lado, o IPEA desempenha um papel mais direcionado na esfera das políticas públicas, oferecendo suporte técnico e institucional para a formulação, implementação e acompanhamento dessas políticas. Sua atuação estratégica visa não apenas informar, mas também orientar as decisões governamentais através da análise crítica e da produção de conhecimento especializado. Assim, enquanto o IBGE fornece a base quantitativa e qualitativa para o entendimento do contexto nacional, o IPEA atua como um facilitador crucial no processo de transformação dessas informações em ações concretas que impactam diretamente a sociedade brasileira.

5.3 Adequação das características de um *Think Tank* pelo IBGE

Ao longo da descrição das características, a coerência entre as definições conceituais e os estudos teóricos foi ratificada pela colocação de outros autores mais contemporâneos no referencial teórico, proporcionando uma compreensão mais robusta e fundamentada das características essenciais para uma organização ser considerada um *Think Tank*.

Conforme o quadro síntese das características elaborado neste trabalho, verifica-se ao final do estudo que o IBGE demonstra conformidade com as seguintes características: pesquisa, independência e influência.

As pesquisas, essenciais ao instituto, fornecem informações cruciais para a formulação de políticas públicas. Além disso, o IBGE se mantém independente, seguindo o código de boas práticas estatísticas (2013) e isento de interesses ideológicos, comprometendo-se exclusivamente com a produção de dados sobre a realidade brasileira.

A influência do IBGE na elaboração de políticas públicas está relacionada à inserção de temas na agenda pública e para a percepção de problemas e no processo de melhoria contínua e elaboração de novas políticas públicas. Em outras palavras, as pesquisas do Instituto são uma forma de obter um feedback das políticas públicas em andamento no contexto brasileiro.

Por que a prestação desses serviços, de organizações que trabalham com dados estatísticos, serve para avaliar, formular ou reformular políticas públicas? Em primeiro lugar, é por meio de indicadores e estatísticas oficiais que se pode monitorar problemas públicos que demandam maior atenção, como as taxas de desemprego em regiões específicas onde foram implantadas políticas para gerar empregos e

incentivar o empreendedorismo. A continuidade na produção de dados e informações por essas organizações permite avaliar o impacto dessas políticas.

A formulação de políticas com base em dados estatísticos fornecidos por instituições conceituadas assegura rigor científico, permitindo uma identificação precisa dos problemas e a verificação detalhada de suas fontes e impactos. Esse embasamento técnico e científico é crucial para elevar a qualidade das políticas públicas desenvolvidas.

A capacidade de reformular políticas públicas é facilitada pela continuidade das pesquisas, possibilitando uma avaliação contínua dos impactos das alterações políticas. Se os resultados sociais não forem positivos, podem-se considerar alternativas que explorem os pontos fortes de regiões ou grupos específicos beneficiados por determinadas políticas públicas. Se os resultados forem positivos, é possível manter e aprimorar as decisões governamentais.

As características não atendidas foram: Aconselhamento; Produtor de conhecimentos e de ideias; Aplicação do Conhecimento; Análise e avaliação de políticas.

Aconselhamento, a aplicação de conhecimento e a análise e avaliação de políticas públicas não são características atendidas pelo IBGE, por não estarem inseridas na essência da missão e visão do instituto quanto pelos valores de imparcialidade em sua produção de informações. Além disso, o Código de Boas Práticas Estatísticas do IBGE (2013) reforça que a emissão de opinião sobre suas próprias informações comprometeria a imparcialidade e poderia contaminar os dados, sendo contrária aos fundamentos institucionais da organização. No que tange à produção de ideias, essa característica não pode ser atendida, pois também fere o caráter de imparcialidade.

O IBGE não atende à característica de “Aplicação do Conhecimento”, pois conforme a gestão do conhecimento e da hierarquia DIKW ele permanece no âmbito de produção de informações, com a ênfase institucional de disseminar tais informações para retratar a realidade brasileira. A hierarquia DIKW defende um escalonamento na construção do conhecimento, assumindo a seguinte ordem: dado, informação, conhecimento e sabedoria.

No caso do IBGE, a produção do instituto de indicadores populacionais e de suas mais variadas pesquisas subsidia a “análise e avaliação das políticas públicas”.

Entretanto, não é possível afirmar que o instituto exerça tal característica, mas que essa atividade é viabilizada por meio de sua produção.

A produção de informações pelo IBGE desempenha um papel fundamental na análise técnica e metodológica dos problemas públicos, tornando as discussões na agenda pública mais precisas. Sem os serviços prestados por essas organizações de pesquisa e estatísticas oficiais, a capacidade dos *Think Tanks* de formular, reformular e avaliar políticas públicas seria certamente comprometida.

O comparativo entre o IBGE e o IPEA visou exemplificar a aplicabilidade do termo *Think Tank*, sem uma análise detalhada de suas estruturas organizacionais. O objetivo foi identificar quais características de um *Think Tank* são atendidas por ambas as instituições, facilitando a compreensão da aplicação do termo ao IBGE. Com relação às características de um *Think Tank* que o IPEA atende, pode-se concluir que ele atende todas as 7 características elencadas por este trabalho.

O aconselhamento está ligado à característica de realizar assessoramento e prestar orientações aos decisores políticos sobre políticas públicas. A característica de ser uma instituição que realiza pesquisa é evidenciada desde a nomenclatura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, quanto pela publicação de seus produtos, em forma de pesquisas.

Destaca-se que o IPEA atende às características de “produtor de conhecimentos e ideias” e “a disseminação de conhecimentos” presente na descrição da missão do instituto, também se consagra como um fornecedor de ideias ao realizar uma assessoria nas decisões estratégicas governamentais.

Como um *Think Tank* governamental, o IPEA pode alinhar suas pesquisas e recomendações com as prioridades governamentais, diferentemente do IBGE, que foca na produção imparcial de dados estatísticos. Com relação à independência, é possível afirmar que o IPEA procura se manter longe de interesses ideológicos, embora sua proximidade com o governo possa influenciar a percepção de sua independência em comparação com o IBGE.

Em suma, enquanto o IBGE tem uma independência mais clara em relação à produção de dados estatísticos, o IPEA, apesar de também ser autônomo e comprometido com a qualidade de suas análises, tem uma autonomia maior e uma relação mais direta com o governo em termos de aplicação e avaliação de políticas públicas. Ainda, é possível ver a características de “Análise e Avaliação de Políticas

Públicas” sendo atendida por meio de trechos dos seus documentos institucionais do IPEA. Com relação à característica da influência ela é plenamente atendida por estar inserida explicitamente na descrição da visão do IPEA.

Para ilustrar de forma mais clara a adequação das características de um *Think Tank* que o IBGE atende, em comparação com o IPEA, foi elaborado um checklist. Esse checklist visa tornar a visualização dos resultados mais objetiva, facilitando a compreensão das similaridades e diferenças entre as duas instituições em relação às características essenciais de um *Think Tank*. Essa abordagem permite uma análise direta e sistemática, destacando como cada instituição se alinha às características destacadas neste trabalho para uma instituição ser considerada um *Think Tank*.

Quadro 7 – Características de um *Think Tank* atendidas pelo IBGE e o IPEA

Características	IBGE	IPEA
Aconselhamento		
Pesquisa		
Produtor de conhecimento e de ideias		
Aplicação do conhecimento		
Independência		
Análise e Avaliação das políticas públicas		
Influência		

Fonte: Elaborado pelo Autor.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, intitulado “*UMA APLICAÇÃO CONTEXTUALIZADA DO TERMO THINK TANK DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL E NO IBGE*”, surgiu ainda como servidor temporário do IBGE e discente do curso de Gestão Pública, sendo mais específico em uma aula de atores de políticas públicas.

Este trabalho teve como objetivo verificar a aplicabilidade do termo *Think Tank* ao IBGE, considerando sua posição como principal provedor de dados e estatísticas oficiais do Brasil. Reconhecido por sua capacidade de influenciar políticas públicas, o conceito de *Think Tank* precisa ter seu estudo mais aprofundado no contexto brasileiro para destacar sua relevância no cenário político. Ao explorar essa aplicabilidade ao IBGE, buscou-se contribuir para o entendimento e reconhecimento da importância dessas instituições na sociedade contemporânea.

É evidente que o conceito de *Think Tank* é marcado por uma diversidade de definições e denominações, refletindo nuances históricas e variações regionais e contextuais. Essa multiplicidade de sinônimos não apenas dificulta uma classificação clara e objetiva, mas também contribui para estiramentos conceituais, onde a amplitude das definições compromete a precisão e a utilidade prática do termo.

Para alcançar o primeiro objetivo específico, que consiste na compreensão do conceito de *Think Tank* e de sua influência, foram estudados e apresentados diversos conceitos. Além disso, destaca-se que a apresentação gradual das informações no referencial teórico contribuiu para entender melhor o fenômeno *Think Tank* no conjunto universo das políticas públicas.

A realização de uma síntese das características que uma organização precisa ter para ser considerada um *Think Tank* foi o que definiu o segundo objetivo específico deste trabalho. Esse objetivo foi alcançado com a elaboração de um quadro síntese, conforme as correntes conceituais existentes e traduzidas por Soares (2009). É importante destacar que explicitar essas características também complementa o objetivo de compreender o termo.

Durante a análise dos quadros conceituais apresentados por Soares (2009), notou-se que as características de um *Think Tank* gravitavam em torno de certas palavras ou expressões equivalentes, definidas neste trabalho como: “Palavras-chave ou Expressão Núcleo”.

A escolha das características teve como base dois critérios: a frequência de tais características nos quadros conceituais de Soares (2009) e a confirmação dessas ideias no referencial teórico por outros autores. Diante das várias divergências conceituais entre os autores sobre o que é um *Think Tank* e com a ampliação dos conceitos a ponto de perder sua precisão e clareza, a metodologia aplicada no trabalho teve em vista reduzir esses estiramentos conceituais.

Afinal, o IBGE é ou não um *Think Tank*? Apesar de possuir algumas características de um *Think Tank* e influenciar na formulação de políticas, o IBGE demonstra maior preocupação com sua declaração de visão do que em ser reconhecido como um *Think Tank*.

O texto mais esclarecedor para responder o objetivo principal da pesquisa foi o “Texto para discussão n.º 2472 do IPEA no tópico Comparando as Contribuições para a sociedade com a seguinte contribuição do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada–IPEA em relação ao IBGE e aqui faz-se um novo recorte da mesma citação: “quem produz não analisa e quem analisa não produz”.

Esta citação, somada à análise das características de um *Think Tank* e da perspectiva comparada com o próprio IPEA, consegue responder ao objetivo principal deste trabalho. Assim, é possível a aplicabilidade do termo *Think Tank* sobre o IBGE? A resposta é não, pois a sua natureza enquanto instituição o limita para não receber essa classificação e não o permite participar de classificações internacionais de organizações denominadas como *Think Tanks*.

Ao realizar uma analogia, o IBGE é como se fosse um grande pintor de obras de arte que pinta telas que retratam a realidade. Ele expõe suas obras e diz o que é, em caráter descritivo e informativo, mas não emite opinião. Assim, o IBGE deixa a função de opinar para outras organizações que entram com um papel de “avaliador de artes”.

Para trabalhos futuros, sugere-se que seja realizada uma análise da aplicabilidade do termo sobre o IBGE utilizando os critérios e o processo de classificação no cenário internacional do relatório *Think Tanks and Civil Societies Program* - TTCSP. Porém, é necessário que os relatórios futuros deixem de forma explícita como tais critérios são aplicados. Caso contrário, essa possibilidade de ampliação da pesquisa por esse viés de critérios não será possível.

Ao perceber que o sentido de uma pesquisa é transformar as dificuldades em fonte de futuras pesquisas, será disponibilizada a tradução dos critérios do TTCSP, como anexos, para viabilizar análises futuras sobre a temática. Cabe ressaltar que essa pesquisa se limitou a analisar a aplicabilidade do termo *Think Tank* sobre o IBGE, ao passo que também demonstrou o perfil influenciador do instituto sobre o contexto de políticas públicas no âmbito brasileiro.

REFERÊNCIAS

CHRISPINO, Alvaro. **Introdução ao estudo das políticas públicas: uma visão interdisciplinar e contextualizada** / Alvaro Chispino. – 1ª edição – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002

HAUCK, Juliana Cristina Rosa. **Think Tanks: o que são, como atuam e qual seu panorama de ação no Brasil**. 2015. 197p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais. 2015.

IBGE. **Acesso à informação**. Institucional. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/acesso-informacao/institucional/o-ibge.html>. Acessado em: 14 de outubro de 2021.

IBGE. **Código de Boas Práticas das Estatísticas do IBGE**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Informacoes_Gerais_e_Referencia/Codigo_de_Boas_Praticas_das_Estatisticas_do_IBGE.pdf . Acessado em 26 de outubro de 2023.

IBGE. **IBGE EDUCA**. Você sabe o que significa IBGE? <https://educa.ibge.gov.br/20592-sobre-o-ibge.html#:~:text=O%20IBGE%20produz%2C%20analisa%2C%20pesquisa,social%20e%20econ%C3%B4mica%20do%20Pa%C3%ADs>. Acessado em: 22 de março de 2021.

IBGE. **Relatório de Gestão 2020**. Relatório. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7223>>. Acessado em: 27 de janeiro de 2022.

IPEA. **O que é o IPEA – O instituto que pesquisa e planeja o futuro do país**. https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2645:catid=28&Itemid=23#:~:text=O%20Instituto%20fornece%20suporte%20t%C3%A9cnico,como%20agente%20decisivo%20do%20desenvolvimento. Acessado em: 22 de março de 2021.

IPEA. **Relatório de Gestão 2020**. Relatório. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/rg2020>. Acessado em: 27 de janeiro de 2022.

MARQUES E, FARIA CAP, organizadores. **A Política Pública como Campo Multidisciplinar**. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Unesp, Editora Fiocruz; 2013. Resenha de: MACHADO, Cristiani. A Política Pública como Campo Multidisciplinar. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.21, p.1987-1988. 2016. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/csc/a/vk4NfMCpg3qcWhnQmJDhwhr/?lang=pt#>> Acessado em: 30 de outubro de 2021.

McGann, James G., "2020 Global Go To *Think Tank* Index Report" (2021). TTCSP Global Go To *Think Tank* Index Reports. 18. Disponível em: https://repository.upenn.edu/think_tanks/18. Acessado em: 02 de outubro de 2021.

McGANN, James G. **The global go-to *think tanks*. *Think tanks and civil societies program 2008***. International Relations Program. University of Pennsylvania, Philadelphia, 2021, p. 1-376. Disponível em: <<https://www.gotothinktank.com/global-goto-think-tank-index>> Acessado em: 14 de outubro de 2021.

McGANN, James G: **THINK TANKS AND CIVIL SOCIETIES PROGRAM. Como o TTCSP classifica os *Think Tanks*?** Disponível em: <https://www.gotothinktank.com/think-tank-ranking-process>. Acessado em: 14 de outubro de 2021.

Moritz, Gilberto Oliveira. **Processo decisório** / Gilberto Oliveira Moritz; Maurício Fernandes Pereira; revisão e ampliação de Adenir Steinbach. – 2. ed. – Florianópolis: Publicações do IF-SC, 2010.

Oliveira, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas** / Djalma de Pinho Rebouças de Oliveira. - 23. ed. - São Paulo: Atlas, 2007.

PINHEIRO, Ana Cláudia. **Pensando os *Think Tanks*: Uma revisão da produção acadêmica brasileira**. 2019. 113p. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, graduação em ciências sociais. Florianópolis. 2019.

Reis, E., Melo, P., Andrade, R., & Calapez, T. (1999). **Estatística aplicada**. Lisboa: Edições Sílabo. REIS, Elizabeth et al. *Estatística aplicada*. Lisboa: Edições Sílabo, 1999.

REMOR, C. A.; FIALHO, F. A.; QUEIROZ, M. P. **Analisando a Hierarquia DIKW**. Anais do Congresso Internacional de Conhecimento e Inovação – ciki, [S. l.], v. 1, n. 1, 2017. Disponível em: <https://proceeding.ciki.ufsc.br/index.php/ciki/article/view/256>. Acesso em: 25 out. 2023.

RIGOLIN, C. C. D.; HAYASHI, M. C. P. I. **Por dentro dos “reservatórios de idéias”: uma agenda de pesquisa para os *think tanks* brasileiros | Inside “*think tanks*”: a research agenda for Brazilian *Think Tanks***. Liinc em Revista, [S. l.], v. 8, n. 1, 2012. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3340>. Acesso em: 30 nov. 2021.

ScholarlyCommons. **THINK TANKS AND CIVIL SOCIETIES PROGRAM**. Relatório. Disponível em: https://repository.upenn.edu/think_tanks/18/. Acessado em: 14 de outubro de 2021.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos/** Leonardo Secchi, Fernando de Souza Coelho, Valmir Pires. – 3. Ed. – São Paulo, SP: Cengage Learning, 2019.

SOARES, Júnia Rosa. **Think Tanks: organização sistêmica de conhecimentos relevantes a política pública no Brasil**. 2009. 168p. Dissertação (Mestrado). Dissertação mestrado, Programa de Mestrado Profissional em Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina. 2009.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, v. 1, n. 16, p. 20-45, 2006.

Vianna, Salvador Teixeira Werneck; Coelho, Danilo Santa Cruz; Cunha, Alexandre dos Santos (2019). **Desenhos organizacionais e atuação de Think Tanks governamentais: Uma análise comparativa internacional**. Texto para Discussão, Nº 2472, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília.

ANEXOS

ANEXO A - Tradução dos Critérios do TTCSP para classificar um *Think Tank*

Mas quais são os pré-requisitos para uma organização ser considerada *Think Tank*? Durante a pesquisa para responder esse questionamento, encontrou-se o Relatório Índice Global para *Think Tanks* realizado por um programa de renome denominado *Think Tank and Civil Societies Program*–TTCSP.

O relatório é um documento que não só lista TT'S em todo o mundo, mas que também apresenta o rol de critérios que ajudam a referenciar a definição e classificação desse tipo de instituição. E nesse sentido, ele é a base documental para atingir a proposta de estudo.

A seguir é inserido na íntegra a série de critérios presentes no relatório “Go To *Think Tanks*” produzido pelo TTCSP, que servirá de base para análise do IBGE e do IPEA como *Think Tank*, conforme as suas características institucionais e o papel desenvolvido por elas no contexto brasileiro de formação de políticas públicas. Dessa forma, apresentam-se o seguinte rol de critérios:

NOMEAÇÕES E CRITÉRIOS DO TTCSP

É essencial que as instituições considerem uma variedade de critérios ao tomar suas decisões. Isso pode incluir, mas não está limitado a:

1- A qualidade e o compromisso da liderança dos *think tanks* (chefe-executivo e o corpo de governo). Isso envolve gerenciar efetivamente a missão e os programas do *think tank*, mobilizando os recursos financeiros e humanos necessários para atender ao cumprimento da missão e monitorizando a qualidade, independência e impacto do *think tank*.

2- A qualidade e a reputação da equipe do *think tank*. Capacidade de reunir ou montar um grupo de estudiosos e analistas altamente qualificados, experientes e produtivos, reconhecidos como especialistas emergentes ou consagrados em suas respectivas áreas de pesquisa.

3- A qualidade e reputação das pesquisas e análises produzidas. A capacidade de produzir pesquisas de alta qualidade, de alto rigor e orientadas para políticas que sejam acessíveis aos formuladores de políticas públicas, à mídia e ao público.

4- Capacidade de recrutar e reter estudiosos e analistas de elite;

5- Desempenho acadêmico e reputação. Isso envolve o rigor acadêmico associado às pesquisas realizadas. Isso inclui o credenciamento formal de acadêmicos e analistas de um *think tank*, o número e tipo de publicações acadêmicas produzidas, tais como: livros, periódicos, artigos de exibição e o número de apresentações ministradas em encontros acadêmicos e outras reuniões profissionais. Inclui também o número e tipo de citações nas pesquisas de pesquisadores de *think tanks* em publicações acadêmicas produzidas por outros estudiosos.

6- A qualidade, número e alcance de suas publicações;

7- O impacto das pesquisas e programas dos grupos de reflexão (*think tanks*) sobre os formuladores de políticas públicas e outros atores políticos. Recomendações políticas consideradas ou realmente adotadas por formuladores de políticas, sociedade civil ou atores políticos.

8- Reputação com os formuladores de políticas públicas (reconhecimento do nome relacionado a questões ou programas específicos, número de briefings e nomeações oficiais, número de resumos políticos e propostas de leis ou projetos registrados, e confirmação legislativa de entrega).

9- Compromisso feito em produzir pesquisas e análises independentes. Isso envolve padrões e políticas para a produção de evidências rigorosas baseadas em pesquisas e análises, as quais são postadas e monitoradas pela organização, equipes de pesquisa e pesquisadores individuais. Isso inclui uma divulgação de conflito de interesses (financeiro, institucional ou pessoal) e um compromisso com o não

partidarismo e padrões profissionais estabelecidos para as pesquisas em ciências sociais.

10- Acesso às principais instituições ou instituições-chave. A capacidade de alcançar e conectar-se com públicos-chave e pessoal, como funcionários do governo (eleitos e nomeados), sociedade civil, mídia tradicional e nova e academia.

11- Capacidades de convocar atores-chave da política e desenvolver redes de contatos e parcerias eficazes com outros grupos de reflexão (*think tanks*) e demais atores de políticas públicas.

12- Produção geral da organização (propostas de políticas, visitas na web, briefings, publicações, entrevistas, conferências e ter uma equipe nomeada para cargos oficiais).

13- Utilização de pesquisa, propostas de políticas e outros produtos. A transmissão e utilização efetiva de resumos de políticas, relatórios, recomendações de políticas e outros produtos por formuladores de políticas públicas e pela comunidade política. E, ainda, o número de funcionários atuais e antigos que atuam em funções de consultoria para formuladores de políticas, comissões consultivas, etc., prêmios concedidos a acadêmicos ou estudiosos por realizações acadêmicas, ou serviço público.

14- Utilidade das informações da organização no engajamento público, no trabalho de defesa de direitos, na elaboração de legislação ou testemunho, preparação de trabalhos acadêmicos ou apresentações, realização de pesquisas ou ensino.

15-Capacidade de usar mídia eletrônica, impressão e as novas mídias para comunicar pesquisas e alcançar públicos-chave.

16- Reputação na mídia (número de aparições na mídia, identificação e citações).

17- Capacidade de usar a Internet, incluindo ferramentas de mídia social, para se envolver com formuladores de políticas públicas, jornalistas e o público.

18- O site e presença digital. A qualidade, acessibilidade, manutenção eficaz, a presença da organização na web, bem como a qualidade e o nível de tráfego e engajamento digital (Qualidade, acessibilidade e navegabilidade do site, número de visitantes do site, visualizações de páginas, tempo gasto nas páginas, “curtidas” ou seguidores).

19- Nível, diversidade e estabilidade do financiamento. A capacidade de uma organização de mobilizar os recursos financeiros pagos para apoiar e manter o *think tank* ao longo do tempo (doações, taxas de filiação, doações anuais, contratos governamentais e privados, renda obtida).

20- Gestão e alocação eficaz de recursos financeiros e humanos. A capacidade de um *think tank* de gerenciar efetivamente o seu dinheiro e pessoas, de modo que eles produzam resultados de alta qualidade e que alcancem o máximo impacto.

21- Capacidade da organização de cumprir eficazmente os termos das doações, concessões e contratos do (s) governo (s) ou de corporações e fundações que fornecem o apoio financeiro ao *think tank* (gestão financeira);

22- A capacidade da organização de produzir novos conhecimentos, propostas de políticas inovadoras ou ideias alternativas sobre políticas;

23- Capacidade de fazer pontes entre as comunidades acadêmicas e políticas;

24- Capacidade de fazer a pontes entre os formuladores de políticas públicas e o público;

25- Capacidade de incluir novas vozes no processo de formação de políticas públicas;

26- Capacidade da organização para se inserir em redes de questões políticas;

27- Sucesso em desafiar o conhecimento tradicional dos formuladores de políticas públicas e em gerar ideias, programas e políticas inovadoras.

28- O impacto na sociedade. Relação direta entre os esforços da organização em uma área específica para uma mudança positiva nos valores sociais, como mudanças significativas na qualidade de vida no respectivo país (quantidade de bens e serviços disponíveis para os cidadãos, estado de saúde física e mental, qualidade do meio ambiente, qualidade dos direitos políticos, acesso às instituições).